

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO**

em R\$ mil

ATIVO	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020	PASSIVO	Nota	Exercício 2021	Exercício 2020
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>6</b>	<b>95</b>	<b>85</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>11</b>	<b>15.870</b>	<b>6.782</b>
				Gestão Previdencial	11.1	13.488	5.422
<b>REALIZÁVEL</b>		<b>1.281.631</b>	<b>1.256.901</b>	Gestão Administrativa	11.2	2.262	1.325
Gestão Previdencial	7	301.963	291.636	Investimentos		120	35
Gestão Administrativa	8	28.443	28.344				
<b>Investimentos</b>	<b>9</b>	<b>951.225</b>	<b>936.921</b>	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>12</b>	<b>28.622</b>	<b>27.867</b>
Títulos Públicos		414.328	438.053	Gestão Previdencial		909	976
Ativos Financeiros de Créditos Privados		22.791	30.216	Gestão Administrativa		26.952	26.239
Renda Variável		13.520	13.520	Investimentos		761	652
Fundos de Investimento		465.298	416.486				
Investimentos em Imóveis		15.171	15.764	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>13</b>	<b>1.237.430</b>	<b>1.222.464</b>
Operações com Participantes		19.802	22.750	Patrimônio de Cobertura do Plano	13.1	1.122.837	1.102.521
Depósitos Judiciais/ Recursais		315	132	Provisões Matemáticas		1.161.984	1.109.871
				Benefícios Concedidos		684.020	643.353
<b>PERMANENTE</b>	<b>10</b>	<b>196</b>	<b>127</b>	Benefícios a Conceder		609.005	591.393
Imobilizado		167	125	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-131.041	-124.875
Intangível		29	2	Equilíbrio Técnico	13.1.3	-39.147	-7.350
				Resultados Realizados		-39.147	-7.350
				( - ) Déficit Técnico Acumulado		-39.147	-7.350
				Fundos	13.2	114.594	119.943
				Fundos Previdenciais		100.280	107.209
				Fundos Administrativos		12.793	11.161
				Fundos para Garantia das Op. com Participantes		1.521	1.573
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.281.922</b>	<b>1.257.113</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>1.281.922</b>	<b>1.257.113</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

**DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA  
CONSOLIDADA**

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Varição (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>11.161</b>	<b>10.545</b>	<b>5,84</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>12.293</b>	<b>10.526</b>	<b>16,79</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>12.293</b>	<b>10.526</b>	<b>16,79</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6.359	5.529	15,01
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.348	4.672	14,47
Taxa de Administração de Empréstimos	133	110	20,88
Receitas Diretas	2	0	-
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	392	208	88,46
Outras Receitas	60	7	751,06
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-9.947</b>	<b>-9.975</b>	<b>-0,28</b>
<b>2.1. Administração dos Planos Previdenciais</b>	<b>-9.947</b>	<b>-9.975</b>	<b>-0,28</b>
Pessoal e Encargos	-6.423	-4.689	36,97
Treinamentos/Congressos e Seminários	-35	-30	15,56
Viagens e Estádias	-4	-5	-
Serviços de Terceiros	-2.199	-1.401	56,97
Despesas Gerais	-623	-467	33,47
Depreciações e Amortizações	-44	-30	46,79
Tributos	-560	-1.271	-55,94
Outras Despesas	-60	-2.082	-97,13
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-714</b>	<b>65</b>	<b>-1.198,24</b>
<b>5. Sobra da Gestão Administrativa (1-2-3-4)</b>	<b>1.632</b>	<b>616</b>	<b>164,92</b>
<b>6. Constituição do Fundo Administrativo (5)</b>	<b>1.632</b>	<b>616</b>	<b>164,92</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 6)</b>	<b>12.793</b>	<b>11.161</b>	<b>14,62</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS  
CONSOLIDADA**

em R\$ mil

Descrição		Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>		<b>1.222.464</b>	<b>1.063.122</b>	<b>14,99</b>
<b>1. Adições</b>		<b>202.409</b>	<b>216.670</b>	<b>-6,58</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	100.360	74.491	34,73
(+)	Portabilidade	53	-	-
(+)	Outras Adições Previdenciais	89.636	81.457	10,04
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	49.985	-100,00
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	67	-	-
(+)	Receitas Administrativas	11.901	10.318	15,34
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	392	208	88,46
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	65	-100,00
(+)	Constituição de Fundos para Garantia das Op. com Participantes	-	146	-100,00
<b>2. Destinações</b>		<b>-187.443</b>	<b>-182.204</b>	<b>2,88</b>
(-)	Benefícios	-60.068	-57.315	4,80
(-)	Resgate	-10.093	-35.558	-71,62
(-)	Portabilidade	-655	-358	83,13
(-)	Outras Deduções	-94.191	-78.884	19,40
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-11.724	0	-
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-114	-100,00
(-)	Despesas Administrativas	-9.947	-9.975	-0,28
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-714	-	-
(-)	Reversão de Fundos para Garantia das Op. com Participantes	-51	-	-
<b>3. Acréscimo / Decréscimo no Patrimônio Social (1 + 2)</b>		<b>14.966</b>	<b>34.466</b>	<b>-56,58</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	52.113	-71.070	-173,33
(+/-)	Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	-31.798	95.951	-133,14
(+/-)	Fundos Previdenciais	-6.929	8.824	-178,53
(+/-)	Fundos Administrativos	1.632	616	165,05
(+/-)	Fundos para Garantia das Op. com Participantes	-52	146	-135,66
(+/-)	<b>4. Outros Eventos do Patrimônio Social</b>	<b>-</b>	<b>124.876</b>	<b>-</b>
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A + 3 + 4)</b>		<b>1.237.430</b>	<b>1.222.464</b>	<b>1,22</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL  
BENEFÍCIO DEFINIDO**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>25.334</b>	<b>25.450</b>	<b>-0,46</b>
Disponível	0	1	-78,83
Recebível	4.671	4.553	2,59
Investimento	20.662	20.896	-1,12
Títulos Públicos	11.425	5.343	113,82
Fundos de Investimento	9.026	15.245	-40,80
Empréstimos e Financiamentos	212	308	-31,09
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.101</b>	<b>1.985</b>	<b>5,87</b>
Operacional	2.101	1.985	5,87
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>344</b>	<b>321</b>	<b>7,17</b>
Fundo Administrativo	320	296	7,96
Fundo para Garantia de Operações com Participantes	24	25	-2,11
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>22.888</b>	<b>23.144</b>	<b>-1,11</b>
Provisões Matemáticas	26.491	24.102	9,91
(Déficit) Técnico	-3.603	-958	276,07
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-3.363</b>	<b>-958</b>	<b>251,04</b>
a) Equilíbrio Técnico	-3.603	-958	276,10
b) (+/-) Ajuste de Precificação	240	0	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-3.363	-958	251,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL  
BENEFÍCIO SALDADO**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>555.314</b>	<b>542.078</b>	<b>2,44</b>
Disponível	1	1	0,00
Recebível	287.586	278.437	3,29
Investimento	267.727	263.640	1,55
Títulos Públicos	141.759	74.197	91,06
Ativos Financeiros de Créditos Privados	7.889	8.650	-8,80
Renda Variável	10.709	10.709	0,00
Fundos de Investimento	81.948	143.147	-42,75
Investimentos em Imóveis	15.171	15.764	-3,76
Operações com Participantes	10.193	11.136	-8,47
Depósitos Judiciais/ Recursais	58	37	56,75
<b>2. Obrigações</b>	<b>5.031</b>	<b>4.924</b>	<b>2,18</b>
Operacional	3.764	3.464	8,65
Contingencial	1.268	1.460	-13,17
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>914</b>	<b>695</b>	<b>31,57</b>
Fundo Administrativo	841	606	38,78
Fundo para Garantia de Operações com Participantes	73	89	-17,51
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>549.368</b>	<b>536.459</b>	<b>2,41</b>
Provisões Matemáticas	581.805	539.806	7,78
(Déficit) Técnico	-35.544	-6.392	456,07
Fundos Previdenciais	3.107	3.045	2,04
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-30.812</b>	<b>6.392</b>	<b>-582,04</b>
a) Equilíbrio Técnico	-35.544	6.392	-656,07
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.732	0	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-30.812	6.392	-582,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL  
MISTO**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>658.748</b>	<b>646.741</b>	<b>1,86</b>
Disponível	55	75	-26,63
Recebível	15.957	13.785	15,76
Investimento	642.735	632.881	1,56
Títulos Públicos	261.144	358.514	-27,16
Ativos Financeiros de Créditos Privados	14.902	21.566	-30,90
Renda Variável	2.811	2.811	0,00
Fundos de Investimento	354.226	238.590	48,47
Operações com Participantes	9.397	11.306	-16,89
Depósitos Judiciais/ Recursais	257	94	173,49
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.483</b>	<b>1.368</b>	<b>81,52</b>
Operacional	2.081	1.199	73,57
Contingencial	402	169	137,89
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>13.055</b>	<b>11.717</b>	<b>11,42</b>
Fundo Administrativo	11.633	10.259	13,39
Fundo para Garantia de Operações com Participantes	1.423	1.458	-2,41
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>643.209</b>	<b>633.656</b>	<b>1,51</b>
Provisões Matemáticas	553.687	545.963	1,41
Fundos Previdenciais	89.523	87.692	2,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL  
ASSISTENCIAL**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>15.807</b>	<b>16.884</b>	<b>-6,38</b>
Disponível	17	5	232,40
Recebível	7.743	6.818	13,57
Investimento	8.047	10.061	-20,01
Fundos de Investimento	8.047	10.061	-20,01
<b>2. Obrigações</b>	<b>8.157</b>	<b>412</b>	<b>1.879,89</b>
Operacional	8.157	412	1.879,89
<b>3. Ativo Líquido (1-2)</b>	<b>7.650</b>	<b>16.472</b>	<b>-53,56</b>
Fundo Previdencial	7.650	16.472	-53,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL  
BENEFÍCIO DEFINIDO**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>23.144</b>	<b>23.463</b>	<b>-1,36</b>
<b>1. Adições</b>	<b>1.793</b>	<b>1.559</b>	<b>14,99</b>
( + ) Contribuições	1.091	807	35,14
( + ) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	702	752	-6,64
<b>2. Destinações</b>	<b>-2.049</b>	<b>-1.878</b>	<b>9,09</b>
( - ) Benefícios	-1.790	-1.734	3,22
( - ) Resgates	-199	-92	116,12
( - ) Custeio Administrativo	-60	-52	16,17
<b>3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	<b>-256</b>	<b>-319</b>	<b>-19,75</b>
( + / - ) Provisões Matemáticas	2.388	437	446,55
( + / - ) Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	-2.645	-756	249,86
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3)</b>	<b>22.888</b>	<b>23.144</b>	<b>-1,11</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>91,92</b>
( + / - ) Fundo Administrativo	24	9	161,76
( + / - ) Fundo para Garantia de Operações com Participantes	-1	3	-117,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL**  
**BENEFÍCIO SALDADO**

em R\$ mil

Descrição		Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		<b>536.459</b>	<b>413.284</b>	<b>29,80</b>
<b>1. Adições</b>		<b>63.597</b>	<b>47.391</b>	<b>34,20</b>
( + )	Contribuições	52.906	32.501	62,78
( + )	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	8.399	14.890	-43,59
( + )	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	66	0	-
( + )	Outras Adições Previdenciais	2.226	0	-
<b>2. Destinações</b>		<b>-50.688</b>	<b>-49.092</b>	<b>3,25</b>
( - )	Benefícios	-50.221	-48.333	3,91
( - )	Resgates	-26	-215	-88,13
( - )	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-0	0	-
( - )	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	-143	-100,00
( - )	Custeio Administrativo	-433	-401	7,97
( - )	Outras Deduções	-7	0	-
<b>3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>		<b>12.909</b>	<b>-1.701</b>	<b>-858,90</b>
( + / - )	Provisões Matemáticas	41.999	-98.339	-142,71
( + / - )	Fundos Previdenciais	62	-69	-189,86
( + / - )	Superávit / (Déficit) Técnico do Exercício	-29.152	96.706	-130,14
( + / - )	<b>4. Outros Eventos do Ativo Líquido</b>	<b>-</b>	<b>124.876</b>	<b>-100,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3 + 4)</b>		<b>549.368</b>	<b>536.459</b>	<b>2,41</b>
<b>C) Fundos não Previdenciais</b>		<b>219</b>	<b>156</b>	<b>40,64</b>
( + / - )	Fundo Administrativo	235	67	250,73
( + / - )	Fundo para Garantia de Operações com Participantes	-16	89	-117,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL  
MISTO**

em R\$ mil

Descrição		Exercício 2021	Exercício 2020	Varição %
	<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>633.656</b>	<b>598.671</b>	<b>5,84</b>
	<b>1. Adições</b>	<b>52.776</b>	<b>80.836</b>	<b>-34,71</b>
( + )	Contribuições	52.723	46.712	12,87
( + )	Portabilidade	53	-	-
( + )	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	34.124	-100,00
	<b>2. Destinações</b>	<b>-43.222</b>	<b>-45.851</b>	<b>-5,73</b>
( - )	Benefícios	-8.049	-7.248	11,06
( - )	Resgates	-9.868	-35.251	-72,01
( - )	Portabilidade	-655	-358	82,89
( - )	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-21.254	-	-
( - )	Custeio Administrativo	-3.396	-2.994	13,41
	<b>3. Acréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>	<b>9.554</b>	<b>34.985</b>	<b>-72,69</b>
( + / - )	Provisões Matemáticas	7.724	26.832	-71,21
( + / - )	Fundos Previdenciais	1.830	8.153	-77,55
	<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3)</b>	<b>643.210</b>	<b>633.656</b>	<b>1,51</b>
	<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>1.338</b>	<b>592</b>	<b>126,08</b>
( + / - )	Fundo Administrativo	1.374	538	155,30
( + / - )	Fundo para Garantia de Operações com Participantes	-35	54	-165,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL  
ASSISTENCIAL**

em R\$ mil

Descrição		Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>		<b>16.472</b>	<b>15.732</b>	<b>4,70</b>
<b>1. Adições</b>		<b>87.839</b>	<b>81.706</b>	<b>7,51</b>
( + )	Outras Adições Previdenciais	87.410	81.457	7,31
( + )	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	429	220	94,94
( + )	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	29	-100,00
<b>2. Destinações</b>		<b>-96.660</b>	<b>-80.966</b>	<b>19,38</b>
( - )	Outras Deduções	-94.191	-78.884	19,40
( - )	Custeio Administrativo	-2.470	-2.082	18,63
<b>3. Acréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)</b>		<b>-8.822</b>	<b>740</b>	<b>-1.292,12</b>
( + / - )	Fundos Previdenciais	-8.822	740	-1.292,12
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A + 3)</b>		<b>7.650</b>	<b>16.472</b>	<b>-53,56</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - DPT  
BENEFÍCIO DEFINIDO**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4)</b>	<b>25.014</b>	<b>25.154</b>	<b>-0,56</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>26.491</b>	<b>24.102</b>	<b>9,91</b>
1.1. Benefícios Concedidos	22.252	20.534	8,37
Benefício Definido	22.252	20.534	8,37
1.2. Benefício a Conceder	4.239	3.568	18,79
Benefício Definido	4.239	3.568	18,79
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-3.603</b>	<b>-958</b>	<b>276,07</b>
2.1. Resultados Realizados	-3.603	-958	276,07
(-) Déficit Técnico Acumulado	-3.603	-958	276,07
<b>3. Fundos</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>(2,11)</b>
3.1. Fundo para Garantia de Op.com Participantes	24	25	(2,11)
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>2.101</b>	<b>1.985</b>	<b>5,87</b>
4.1. Gestão Previdencial	2.087	1.976	5,61
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	15	9	62,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - DPT  
BENEFÍCIO SALDADO**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Varição %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>554.474</b>	<b>541.471</b>	<b>2,40</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>581.805</b>	<b>539.805</b>	<b>7,78</b>
1.1. Benefícios Concedidos	633.511	592.104	6,99
Benefício Definido	633.511	592.104	6,99
1.2. Benefício a Conceder	79.335	72.576	9,31
Benefício Definido	79.335	72.576	9,31
<b>1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir</b>	<b>-131.041</b>	<b>-124.875</b>	<b>4,94</b>
(-) Déficit Equacionado	-131.041	-124.875	4,94
(-) Participantes	-13.295	-12.823	3,68
(-) Assistidos	-117.746	-112.052	5,08
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-35.544</b>	<b>-6.392</b>	<b>456,07</b>
2.1. Resultados Realizados	-35.544	-6.392	456,07
Superávit Técnico Acumulado	-35.544	-6.392	456,07
(-) Déficit Técnico Acumulado	-35.544	-6.392	456,07
<b>3. Fundos</b>	<b>3.181</b>	<b>3.134</b>	<b>1,49</b>
3.1. Fundos Previdenciais	3.107	3.045	2,04
3.2. Fundo para Garantia de Op.com Participantes	73	89	-17,51
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>3.764</b>	<b>3.464</b>	<b>8,65</b>
4.1. Gestão Previdencial	3.497	3.336	4,84
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	266	128	108,06
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>1.268</b>	<b>1.460</b>	<b>-13,17</b>
5.1. Gestão Previdencial	909	976	-6,88
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	359	484	-25,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - DPT  
M I S T O**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2+3)</b>	<b>647.116</b>	<b>636.481</b>	<b>1,67</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>553.687</b>	<b>545.963</b>	<b>1,41</b>
1.1. Benefícios Concedidos	28.256	30.715	-8,00
Contribuição Definida	28.256	30.715	-8,00
1.2. Benefício a Conceder	525.431	515.248	1,98
Contribuição Definida	525.431	515.248	1,98
Saldo de contas - parcela patrocinadores	204.338	200.304	2,01
Saldo de contas - parcela participantes	320.492	314.944	1,76
Saldo de contas - parcela particip portada de EFPC	531	0	-
Saldo de contas - parcela particip portada de EAPC	69	0	-
<b>2. Fundos</b>	<b>90.945</b>	<b>89.150</b>	<b>2,01</b>
2.1. Fundos Previdenciais	89.523	87.692	2,09
2.2. Fundo para Garantia de Op.com Participantes	1.423	1.458	-2,41
<b>3. Exigível Operacional</b>	<b>2.081</b>	<b>1.199</b>	<b>73,57</b>
3.1. Gestão Previdencial	1.626	943	72,43
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	455	256	77,78
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>402</b>	<b>169</b>	<b>137,89</b>
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	402	169	137,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - DPT  
ASSISTENCIAL**

em R\$ mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação %
<b>Provisões Técnicas (1+2)</b>	<b>15.807</b>	<b>16.883</b>	<b>-6,37</b>
<b>1. Fundos</b>	<b>7.650</b>	<b>16.472</b>	<b>-53,56</b>
1.1. Fundos Previdenciais	7.650	16.472	-53,56
<b>2. Exigível Operacional</b>	<b>8.157</b>	<b>411</b>	<b>1.884,58</b>
2.1. Gestão Previdencial	8.157	411	1.884,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2021**  
**(Em milhares de Reais)**

## Sumário

<b>1</b>	<b>Contexto operacional</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>Planos administrados</b>	<b>3</b>
<b>3</b>	<b>Apresentação das demonstrações contábeis</b>	<b>4</b>
<b>4</b>	<b>Reclassificação das Demonstrações Contábeis de 2020:</b>	<b>5</b>
<b>5</b>	<b>Principais práticas contábeis adotadas</b>	<b>7</b>
<b>6</b>	<b>Disponível</b>	<b>12</b>
<b>7</b>	<b>Realizável – Gestão Previdencial</b>	<b>13</b>
<b>8</b>	<b>Realizável – Gestão Administrativa</b>	<b>15</b>
<b>9</b>	<b>Investimentos</b>	<b>16</b>
9.1	<i>Rentabilidade</i>	16
9.2	<i>Composição da Carteira de Investimentos</i>	17
9.3	<i>Composição por Prazo de Vencimento e Natureza</i>	21
9.3.1	<i>Títulos Públicos e Créditos Privados</i>	21
9.4	<i>Ações</i>	22
9.5	<i>Fundos de Investimentos</i>	22
9.6	<i>Investimentos Imobiliários</i>	22
9.7	<i>Operações com Participantes</i>	23
9.8	<i>Provisão para perda dos investimentos</i>	23
9.9	<i>Gerenciamento de Riscos Financeiros e Enquadramento Legal dos Ativos</i>	34
<b>10</b>	<b>Permanente</b>	<b>38</b>
<b>11</b>	<b>Exigível Operacional</b>	<b>38</b>
11.1	<i>Gestão Previdencial</i>	38
11.2	<i>Gestão Administrativa</i>	39
<b>12</b>	<b>Exigível contingencial</b>	<b>40</b>
<b>13</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>41</b>

CNPJ: 73.983.876/0001-79

<b>13.1</b>	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>41</b>
13.1.1	Provisões Matemáticas	41
13.1.2	Hipóteses Atuariais	46
13.1.3	Equilíbrio técnico	47
13.1.4	Ajustes de Precificação dos Títulos Públicos Federais	49
<b>13.2</b>	<b>Fundos</b>	<b>50</b>
13.2.1	Previdencial	50
13.2.2	Fundos não previdenciais	50
<b>14</b>	<b>Resultado da Gestão Administrativa</b>	<b>51</b>
<b>15</b>	<b>Resultado do Fluxo dos Investimentos</b>	<b>52</b>
<b>16</b>	<b>Consolidação das Demonstrações Contábeis</b>	<b>53</b>
<b>17</b>	<b>Partes relacionadas</b>	<b>54</b>
17.1	Patrocinadora	54
17.2	Estado	55
17.3	Remuneração da administração	55
<b>18</b>	<b>Fatos Relevantes</b>	<b>55</b>
18.1	Equacionamento de déficit Plano I - BD	55

## 1 Contexto operacional

A FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar, inscrita no CNPJ 73.983.876/0001-79, com sede no Setor Comercial Norte, quadra 04, bloco “B”, sala 1.104 – Edifício Centro Empresarial Varig – Brasília – DF, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, classificada como Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, constituída em 16 de dezembro de 1993 e autorizada a funcionar por prazo indeterminado, pela Portaria nº 730 do Ministério da Previdência Social, nos termos do Artigo 5º, item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

As normas de controle e fiscalização aplicáveis à FUNDIÁGUA são emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgãos vinculados ao Ministério da Economia.

Os recursos administrados pela FUNDIÁGUA são formados por contribuições de suas Patrocinadoras, essencialmente a CAESB, que firmaram convênio de adesão com os planos, de seus Participantes, vertidas de forma paritária e pelos rendimentos das aplicações financeiras desses recursos, que obedecem ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional-CMN.

A FUNDIÁGUA não distribui lucro ou participações em seus investimentos. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está revestida das formalidades legais, sendo registrada em livros obrigatórios capazes de assegurar sua exatidão.

## 2 Planos administrados

A Entidade tem como objetivo administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos regulamentos dos respectivos planos de benefícios, que são os seguintes:

Plano/Modalidade	CNPB	Patrocínio	Adesões
Plano I BD- Benefício Definido	19.930.035-92	CAESB	Fechado
Plano II Saldado - Benefício Definido	20.050.045-29	CAESB	Fechado
Plano III Misto - Contribuição Definida	20.050.046-11	CAESB e FUNDIÁGUA	Aberto

Além dos planos de benefícios, a FUNDIÁGUA administra:

- o Plano Assistencial que é constituído por um fundo financeiro que dá suporte ao Programa de Assistência à Saúde da FUNDIÁGUA, integrando a política de medicina preventiva e complementar da patrocinadora, com cobertura de despesas médico-hospitalares e fornecimento de medicamentos. Tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão assistencial da Fundação, proporcionando maior transparência às informações, sendo segregado dos demais planos administrados pela FUNDIÁGUA.

A FUNDIÁGUA possuía em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 as seguintes quantidades de participantes:

Descrição	Plano BD		Plano Saldado		Plano Misto		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativos	4	4	(*) 1	1	2.143	2.158	2.148	2.163
Aposentados	34	36	1.224	1.263	119	124	1.377	1.423
Pensionistas	16	16	372	360	40	42	428	418
Autopatrocinados	-	-	-	-	113	132	113	132
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>56</b>	<b>1.597</b>	<b>1.624</b>	<b>2.415</b>	<b>2.456</b>	<b>4.066</b>	<b>4.136</b>

(\*) dos atuais 866 (875, em 2020) participantes ativos no Plano II - Saldado, apenas 1 não possui o Plano III - Misto.

### 3 Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis da FUNDIÁGUA foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com Normas Brasileiras de Contabilidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) regidos pela ITG - Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1.272 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de 22 de janeiro de 2010, assim como, de outros normativos do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), que estabeleceram as diretrizes contábeis aplicáveis às EFPC, em especial, a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 29, de 13/04/2018, revogada pela Resolução do CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações posteriores.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, de forma real, permitindo a apuração de resultados por Plano de Benefícios. Para o Plano Assistencial, o Ofício nº 3.856/2009/SPC/DEMOC/CGAC, de 09 de dezembro de 2009, determina que a contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial adotem as rubricas e as regras aplicáveis à planificação padrão contábil utilizada na Gestão Previdencial. A adoção deste procedimento decorre da natureza financeira deste plano, conforme disposto no § 1º do artigo 76 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Plano de Benefícios, Plano Assistencial e o Plano de Gestão Administrativa (PGA). A moeda funcional adotada pela Entidade é o Real – R\$

Conforme Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2021 e alterações promovidas pela Instrução PREVIC nº 44, de 23 de novembro de 2021, as EFPC apresentam os seguintes demonstrativos contábeis, comparativos ao exercício anterior, evidenciando:

- **Balço Patrimonial (BP)** – de forma consolidada, os saldos das contas do ativo e passivo e Patrimônio Social dos Planos de Benefícios e do PGA, ao final de cada exercício.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** – de forma consolidada, a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no patrimônio social do conjunto dos planos, ao final de cada exercício.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)** – de forma consolidada, a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no fundo administrativo do PGA, ao final de cada exercício.
- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)** – por plano de benefícios, a composição do Ativo Líquido disponível para a cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)** – por plano de benefícios, as alterações ocorridas pelo Ativo Líquido, ao final de cada exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas (DPT)** – por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas, ao final de cada exercício.

A Diretoria Executiva aprovou as Demonstrações Contábeis 2021 em 22 de março de 2022, nos termos da Ata da 437ª Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva.

#### 4 Reclassificação das Demonstrações Contábeis de 2020:

Em virtude da alteração normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequações na planificação contábil e nas demonstrações contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis relativas ao exercício social de 2020 consolidadas e individualizadas dos planos previdenciais e de gestão administrativa, foram ajustadas para fins comparativos com o exercício social de 2021.

A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis de 2020 reclassificadas está contida no anexo III da Instrução Previc nº 44, de 23 de novembro de 2021, da seguinte forma: *“Para o exercício de 2021 as informações comparativas do exercício anterior devem ser reclassificadas e evidenciadas em item específico nas notas explicativas”*.

Os principais ajustes realizados para atendimento aos preceitos legais estão descritos a seguir.

#### Balanco Patrimonial Consolidado

Reclassificação do contrato com a Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas a Constituir do Patrimônio Social para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 124.876 mil. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

#### Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

**Destinações:** abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 136.199 mil, Resgates no valor de R\$ 35.558 mil e Portabilidade no valor de R\$ 358 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Registro Outros Eventos do Patrimônio Social representando o evento permutativo transferido dos contratos da patrocinadora do Patrimônio Social para o Realizável Previdencial no valor de R\$ 124.876 mil.

### **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano I - BD**

**Destinações:** abertura dos valores de Contribuições em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 1.734 mil e Resgates no valor de R\$ 92 mil. A reclassificação realizada não alterou as destinações totais nem o valor do ativo líquido do exercício social de 2020.

### **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano II - Saldado**

**Destinações:** abertura dos valores de Benefícios em dois grupos: Benefícios no valor de R\$ 48.333 mil e Resgates no valor de R\$ 215 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das destinações totais nem do ativo líquido no exercício social de 2020.

Outros Eventos do Ativo Líquido representando o evento permutativo transferido dos contratos da patrocinadora do Patrimônio Social para o Realizável Previdencial no valor de R\$ 124.876 mil.

### **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano III - Misto**

**Destinações:** abertura dos valores de Benefícios em três grupos: Benefícios no valor de R\$ 7.248 mil, Resgates no valor de R\$ 35.251 mil e Portabilidade no valor de R\$ 358 mil. A reclassificação realizada não alterou o valor das adições totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

### **Demonstração do Ativo Líquido do Plano II - Saldado**

Reclassificação do contrato com a Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas a Constituir do Patrimônio Social para Recebível - Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 124.876 mil. Essa reclassificação ocasionou efeito permutativo no Patrimônio aumentando o Ativo e Passivo no mesmo valor.

### **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano II - Saldado**

Reclassificação contratos Patrocinadora do grupo de contas Provisões Matemáticas a Constituir para o Realizável Gestão Previdencial no valor de R\$ 124.876 mil. Essa reclassificação ocasionou um aumento no Ativo realizável previdencial e Passivo Provisões Matemáticas.

### **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado**

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administração previdencial e administração dos investimentos. Para fins de reclassificação comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo alteração nos valores das despesas administrativas totais nem no Saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

## 5 Principais práticas contábeis adotadas

### ➤ Registro do Resultado das Operações

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, as Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Variações Líquidas do Fluxo do Investimento são registradas pelo regime de competência, entretanto, as contribuições de autopatrocinados do Plano Misto, reconhecidas pelo regime de caixa, quando do efetivo recebimento.

### ➤ Estimativas contábeis essenciais

As estimativas contábeis e atuariais foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles estimados, requerendo um acompanhamento permanente dessas estimativas e, conforme o caso, revisão das metodologias e das premissas inerentes, pelo menos, anualmente.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas, dentre outros, são:

- *Investimentos imobiliários*

Reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.

- *Provisões contingenciais*

As provisões contingenciais decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos internos e externos, e consideram a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As classificações de risco dos processos judiciais são revisadas periodicamente pela assessoria jurídica da Fundação. (Nota 12)

- *Provisões matemáticas*

Calculadas atuarialmente por atuário responsável pelos Planos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### ➤ Investimentos

As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos Planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios, Plano Assistencial e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), elaboradas sob os preceitos legais da Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e, alterações posteriores.

A atividade de custódia dos ativos mobiliários da FUNDIÁGUA é exercida pelo Banco Genial S.A. anteriormente denominada, Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo. Para o cumprimento de sua missão a Instituição Financeira segue orientação e diretrizes da Política de Investimentos aplicada aos Planos.

O apreçamento dos ativos, independentemente da categoria (títulos para negociação ou mantidos até o vencimento), será realizado pelo custodiante contratado pela FUNDIÁGUA ou pelo custodiante dos fundos de investimento alocados. Dessa forma, pode-se estabelecer que esse apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- Metodologia: conforme manual disponibilizado pelo agente custodiante; e
- Fontes: poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a B3. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializadas e com reconhecida capacidade.

- Valor Justo dos Ativos Financeiros

Os critérios adotados para apurar o valor justo dos títulos e valores mobiliários seguem as orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 –R2, revisada e alterada conforme Ata do CFC nº 1.035, de 24 de novembro de 2017, que dispõe sobre mensuração do valor justo, e define a hierarquia de valor justo mediante uma classificação em três níveis das informações adotadas na técnica de avaliação, itens 76 a 90 da Norma. A hierarquia do valor justo prioriza as informações e não as técnicas de avaliação, a seguir os três níveis de informações:

- Informações de Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, acessíveis na data da mensuração.
- Informações de Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.
- Informações de Nível 3: dados não observáveis para o ativo ou passivo.

- Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do exercício.

Em atendimento ao artigo 30 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 43, de 06 de agosto de 2021, que passou a vigorar a partir de 01 de setembro de 2021, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e do patrimônio dos fundos exclusivos são classificados em duas categorias:

- Títulos para negociação: adquiridos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, ajustados pelo valor de mercado.
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como se classificados como de baixo risco por agência de risco no País. O critério de avaliação é pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma proporcional, pro rata, até o vencimento.

- Ações

As aplicações no mercado de ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustada ao valor de mercado e são avaliadas, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na B 3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

As ações sem mercado ativo de negociações são apreçadas pelo valor patrimonial ou valor justo, este baseado em fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, em conformidade com as normas vigentes.

- Fundos de Investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, caso ocorra, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do exercício.

- Investimentos Imobiliários

Estão registrados originalmente ao custo de aquisição ou construção, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações.

Os imóveis são reavaliados anualmente, de acordo com Seção VIII, Art. 17, Capítulo III, da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020.

Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

Para determinação dos valores dos imóveis, apurado no Laudo de Avaliação, são observadas as normas técnicas nacionais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Internacionais da Organização Internacional para Padronização (ISO).

- Operações com Participantes

Correspondem os empréstimos concedidos aos Participantes e Assistidos acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações e, quando aplicável, ajustados da provisão para perda, em função do atraso de recebimento, conforme Seção VII, Art. 16, da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020.

Conforme disposto no contrato de mútuo, nas operações de concessão dos empréstimos é descontada a Taxa de Quitação por Morte (TQM). Com o recurso é constituído o Fundo de Garantia de Empréstimos, utilizado para pagamento do prêmio do seguro prestamista que garante a quitação dos empréstimos em caso de morte do devedor.

➤ **Provisão para perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos**

São constituídas conforme critérios estabelecidos no Art. 19 da Instrução Previc nº 31 de 2020, vide quadro abaixo:

Período de atraso (dias)		Faixa de Provisionamento
De	Até	
0	30	0%
31	60	1%
61	90	5%
91	120	10%
121	180	25%
181	240	50%
241	360	75%
	>360	100%

### ➤ **Permanente**

Ativo Permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa e seus valores estão registrados pelo custo de aquisição, ajustados por depreciação acumulada, calculadas pelo método linear, com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e espécie de bens.

- Imobilizado – a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios e 20% para máquinas e equipamentos.
- Intangível – é composto por licença de uso de *softwares*, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

### ➤ **Plano de Gestão Administrativa - PGA**

A Gestão do Plano Administrativo está submetida aos dispositivos do Regulamento do Plano PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo, sendo que os critérios e limites para custeio administrativo estão convergentes à Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 29, de 21 de agosto de 2009.

O registro contábil do recurso arrecadado destinado ao PGA é efetuado de acordo com os procedimentos contábeis estabelecidos na Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021, que passou a vigorar a partir de 01 de setembro de 2021 e Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, o patrimônio do PGA é reconhecido e segregado a cada Plano de Benefícios. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão Assistencial são apurados em valores equivalentes às despesas administrativas assistenciais.

As receitas e despesas são apuradas conforme os seguintes critérios:

O custeio administrativo destina-se à cobertura das despesas com administração das atividades previdenciais e de investimentos da Fundação, com origem nas seguintes fontes:

- i) Custeio administrativo da Gestão Previdencial, cujos percentuais são determinados por consultor atuarial externo independente, conforme segue:**
  - Plano I - BD, equivalente a 15% das contribuições normais, coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinadora.
  - Plano II - Saldado, mensalmente, 2% da parcela correspondente ao Contrato de Consolidação e Parcelamento das Contribuições Extraordinárias, mantido com a CAESB.
  - Plano III - Misto, equivalente a 6,5% do custo das contribuições, limitada ao valor da contribuição da patrocinadora, arcados por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinadora.
- ii) Custeio administrativo de investimentos: Baseia-se no ressarcimento mensal, por cada plano previdencial, dos recursos correspondentes aos gastos administrativos realizados na gestão dos investimentos.**
- iii) Taxa de Administração dos Empréstimos: Cobrado o percentual de 1%, sobre o valor do empréstimo concedido a participantes e assistidos com o objetivo de custear os gastos com a administração da carteira de empréstimos.**
- iv) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos da Gestão Administrativa: decorrente dos recursos depositados no fundo financeiro do Plano de Gestão Administrativa – PGA.**

O registro das despesas administrativas é realizado exclusivamente no Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo efetuado por meio de sistema de alocação direta com o rateio das despesas comuns estabelecido pelo Conselho Deliberativo, para o exercício de 2021: 5,20% para a administração previdencial, 66,80% para a administração dos investimentos e 28% para a administração assistencial.

O critério utilizado para o rateio das despesas administrativas dos investimentos é com base no percentual de participação dos Recursos Garantidores (Disponível + Realizável de Investimentos – Exigível Operacional de Investimentos – Exigível Contingencial de Investimentos), de cada Plano em relação ao total de todos os Planos.

As despesas administrativas assistenciais foram reembolsadas pela patrocinadora CAESB, inclusive as despesas com PIS e COFINS, conforme Acordo de Gestão do Programa de Assistência à Saúde dos Empregados da CAESB nº 8.993/2018.

As sobras ou as insuficiências administrativas serão alocadas ao Fundo Administrativo ou dele revertidas. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

O limite anual de recursos destinados pelo conjunto dos planos de benefícios para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, definido por meio da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi estabelecido pelo Conselho Deliberativo, para o exercício 2021, com base na Taxa de Carregamento de até 9% (calculado sobre a soma das contribuições previdenciárias e dos benefícios pagos dos planos).

#### ➤ **Ativos e Passivos Contingentes**

O registro dos ativos e passivos contingentes a FUNDIÁGUA seguem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 25, conforme definições a seguir:

- **Ativos Contingentes:** é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da Entidade. O ativo contingente é divulgado em nota explicativa apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Quando a realização do ganho é praticamente certa o ativo não é mais considerado contingente e o seu reconhecimento é adequado.
- **Passivos Contingentes:** decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidas por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis ou fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como:
  - ❖ **Prováveis:** para as quais são constituídas provisões;
  - ❖ **Possíveis:** divulgados apenas em notas explicativas; e
  - ❖ **Remotas:** que não requerem provisões e divulgação em notas explicativas.
- **Obrigações Legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

## ➤ Patrimônio Social

Refere-se aos recursos acumulados para fazer frente às obrigações do Plano, composto conforme segue:

- Provisões matemáticas: para os Planos na modalidade benefício definido, são apuradas com base em cálculos atuariais, com aderência ao regulamento do respectivo Plano, realizados pelos atuários responsáveis, mediante elaboração de pareceres atuariais. Essas provisões representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.

Para o Plano na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas são apuradas com base nas reservas formadas pelos participantes e patrocinadoras, acrescidas da variação patrimonial.

- Equilíbrio técnico: apurado pela diferença entre o ativo líquido, as provisões matemáticas e fundos previdenciais, utilizando as condições e os procedimentos determinados para apuração e destinação de resultado, quando aplicável, pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018.
- Fundos: são registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme segue:
  - ❖ Previdenciais: fundos criados conforme Nota Técnica Atuarial de cada Plano e com destinação específica;
  - ❖ Administrativo: tem como finalidade cobrir as despesas administrativas para suportar a gestão da Entidade; e
  - ❖ Investimentos: fundos constituídos para quitação de empréstimo por inadimplência ou morte.

## ➤ Ajustes e Eliminações

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são, “Migração entre Planos”, “Compensação de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” e valores a pagar e a receber entre planos.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes foram realizados, ao final de cada mês, de acordo com a Seção V, Art. 27 da Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 e descritas na Nota 16.

## ➤ Ajuste de Precificação

Nas informações complementares da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios é apresentado o Equilíbrio Técnico Ajustado. Este ajuste é resultante da diferença positiva ou negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índices de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento (Nota 9.3.1-b), calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de cada Plano e o valor contábil destes mesmos títulos. Estes saldos, porém, sofrem modificação significativa em termos econômicos, a partir de ajustes de precificação de determinados títulos federais.

O detalhamento do ajuste de precificação dos títulos é observado na nota explicativa 13.1.4.

## 6 Disponível

O saldo de R\$ 95 mil (R\$ 85 mil em 31 de dezembro de 2020) refere-se às contribuições de autopatrocinados, contribuição extraordinária, quitações de empréstimos e plano de saúde. Recebidos no dia 31 de dezembro de 2021, um dia atípico para operações no mercado financeiro, dessa forma os valores foram aplicados no dia 03 de janeiro de 2022.

## 7 Realizável – Gestão Previdencial

Representa os direitos dos Planos de Benefícios, relativos aos recebimentos de contribuições previdenciais e assistenciais. É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são apresentados a seguir:

<b>Composição dos recursos a receber consolidada</b>		
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Contribuições da patrocinadora</b>	<b>1.887</b>	<b>2.276</b>
Do mês	1.887	2.274
Em atraso	0	2
<b>Contribuições dos participantes</b>	<b>2.279</b>	<b>1.938</b>
Do mês	2.273	1.935
Em atraso	6	3
<b>Contribuições contratadas</b>	<b>290.732</b>	<b>281.348</b>
Serviço Passado	159.691	156.472
Déficit Técnico ( * )	131.041	124.876
<b>Outros Realizáveis- Gestão Assistencial <sup>1</sup></b>	<b>7.065</b>	<b>6.074</b>
<b>Total</b>	<b>301.963</b>	<b>291.636</b>

( \* ) Reclassificação conforme IN Previc nº 31/2020.

<b><sup>1</sup> Composição da Gestão Assistencial</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Contribuições da patrocinadora</b>	<b>3.299</b>	<b>3.192</b>
Do mês	3.294	3.186
Em atraso	5	6
<b>Contribuições dos participantes</b>	<b>3.551</b>	<b>2.675</b>
Do mês	3.427	2.560
Em atraso	124	115
<b>Outros Realizáveis ( * )</b>	<b>215</b>	<b>207</b>
<b>Total</b>	<b>7.065</b>	<b>6.074</b>

( \* ) O Valor de R\$ 215 mil (R\$ 207 mil em 2020), refere-se ao custeio administrativo do plano de saúde.

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**Plano I – BD**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Contribuições da patrocinadora</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Do mês	2	3
<b>Contribuições dos participantes</b>	<b>17</b>	<b>10</b>
Do mês	17	10
<b>Contribuições contratadas</b>	<b>4.331</b>	<b>4.243</b>
Serviço Passado	4.331	4.243
<b>Total</b>	<b>4.350</b>	<b>4.256</b>

**Plano II – Saldado**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Contribuições da patrocinadora</b>	<b>0</b>	<b>616</b>
Do mês	0	614
Em atraso	0	2
<b>Contribuições dos participantes</b>	<b>88</b>	<b>59</b>
Do mês	82	56
Em atraso	6	3
<b>Contribuições contratadas</b>	<b>286.401</b>	<b>277.105</b>
Serviço Passado	155.360	152.229
Déficit Técnico ( * )	131.041	124.876
<b>Total</b>	<b>286.489</b>	<b>277.780</b>

( \* ) Reclassificação conforme IN Previc nº 31/2020.

**Plano III – Misto**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Contribuições da patrocinadora</b>	<b>1.885</b>	<b>1.657</b>
Do mês	1.885	1.657
<b>Contribuições dos participantes</b>	<b>2.174</b>	<b>1.869</b>
Do mês	2.174	1.869
<b>Total</b>	<b>4.059</b>	<b>3.526</b>

### ➤ Contribuições contratadas

Em 2 de janeiro de 2006, foi efetuada a Contratação de Serviço Passado (tempo de serviços passados dos participantes do Plano I - BD), de responsabilidade da patrocinadora CAESB, a ser paga em prestações mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, calculada pelo sistema da Tabela Price. O valor do contrato é relativo aos Planos I - BD e II - Saldado de Benefícios e atualmente encontra-se adimplente, conforme demonstrado a seguir:

<b>Plano I – BD</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Valor contratado	3.285	3.285
Saldo devedor atual	4.330	4.243
Prazo de amortização	306	306
Prazo de amortização restante	102	114
Data de vencimento	Até o dia 10 de cada mês	Até o dia 10 de cada mês
Atualização pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

<b>Plano II – Saldado</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Valor contratado	117.966	117.966
Saldo devedor atual	155.360	152.229
Prazo de amortização pactuado	306	306
Prazo de amortização restante	102	114
Data de vencimento	Até o dia 10 de cada mês	Até o dia 10 de cada mês
Atualização pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

### 8 Realizável – Gestão Administrativa

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é a seguinte:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Responsabilidade de Empregados	75	83
Responsabilidade de Terceiros	1.000	944
Outros Recursos a Receber	122	115
Despesas Antecipadas	74	60
Depósitos Judiciais (Nota 12)	27.172	27.142
<b>Total</b>	<b>28.443</b>	<b>28.344</b>

Os eventos mais significativos, estão relacionados abaixo:

- Adiantamento a empregados – empréstimos de férias;
- Reembolso (CAESB) referente ao PIS/COFINS, valores a receber da seguradora – D&O;
- Garantia contratual do aluguel (ED. VARIG);
- Pagamentos antecipados a fornecedores de serviços, seguro dos diretores;
- Ações Judiciais e Depósitos Judiciais referentes ao PIS/COFINS. (Nota 12)

Com o advento da Lei nº 12.973/14, a Entidade cessou o procedimento de depósito judicial mensal das contribuições, passando a recolher o PIS e a COFINS mediante guias DARF's, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2015. Quanto aos valores já depositados (competências abril/2006 a dezembro/2014), persiste a discussão judicial em torno da legitimidade da cobrança das contribuições (Nota 12).

## 9 Investimentos

### 9.1 Rentabilidade

No ano de 2021 o Brasil foi fortemente impactado pela pandemia da COVID-19, tendo o mês de abril de 2021 como o mês mais letal da pandemia no país. Apesar deste cenário o país encerrou o ano com mais de 80% de sua população adulta vacinada com as duas doses da vacina.

Assim como ocorreu no ano de 2020, os impactos da pandemia da COVID-19, aliadas as instabilidades políticas, impactaram os principais indicadores do mercado financeiro. O IBOVESPA, indicador que apresenta o desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão encerrou o ano de 2021 com um retorno negativo de 11,93%.

O mercado de renda fixa também foi impactado. Apesar de o CDI ter apresentado um retorno positivo de 4,40% no ano, o IMA-B 5+, indicador usado como referência para carteiras de títulos públicos com mais de cinco anos de vencimento, encerrou o ano de 2021 com retorno negativo de 6,55%.

Do ponto de vista de gestão da carteira de investimentos da Fundiágua, o segundo semestre do ano de 2021 contou com diversas novidades, podendo destacar: (i) realização de processo de seleção de fundos de investimento das classes de Renda Variável, Multimercado e Renda Fixa, culminando na substituição de 56% dos Fundos até então presentes nas carteiras dos Planos de Benefício; (ii) aquisição no Plano I – BD e Plano II -Saldado de mais de R\$ 112 milhões em Títulos Públicos Federais (NTN-B) com taxas de retorno superiores as metas atuariais, auxiliando de forma substancial o desempenho dos planos e imunizando uma parte importante dos passivos futuros; (iii) atualização dos normativos relativos à gestão dos investimentos; (iv) atuação de profissional dedicado à gestão dos investimentos ilíquidos; e (v) implementação do Plano de Desinvestimento do Edifício Centro Século XXI.

#### Plano I – BD

O Plano encerrou o exercício de 2021 com um Patrimônio Líquido de R\$ 20,7 milhões com aproximadamente 73,1% dos recursos alocados em Renda Fixa, 12,8% em Renda Variável, 12,7% no segmento Estruturados e 1,3% em Operações com Participantes.

Apesar de ter apresentado retorno acumulado de 4,21% em 2021, o desempenho dos investimentos não foi suficiente para superar a meta atuarial acumulada de 15,65%.

Não obstante, e fruto da estratégia de aquisição de Títulos Públicos Federais (NTN-B), é possível constatar uma mudança de comportamento do desempenho da carteira, que apresentou nos meses de novembro e dezembro resultado próximo a meta atuarial do período.

Período	Indexador INPC	Juros	Meta Atuarial	Rentabilidade Acumulada
2021	10,16%	5,00%	15,65%	4,21%

## Plano II – Saldado

O Plano encerrou o exercício de 2021 com um Patrimônio Líquido de R\$ 267,7 milhões com aproximadamente 68,4% dos recursos alocados em Renda Fixa, 16,1% em Renda Variável, 6,7% no segmento Imobiliário, 4,8% no segmento Estruturado e 3,8% em Operações com Participantes.

O retorno acumulado no período de 5,58% não foi suficiente para superar a meta atuarial de 2021, que devido a alta da inflação, atingiu o patamar de 15,47%.

Apesar do resultado abaixo da meta atuarial, a estratégia de aquisição de Títulos Públicos Federais (NTN-B) vem se mostrando positivo para o Plano, uma vez que é possível constatar uma mudança de comportamento do desempenho da carteira, que apresentou nos meses de novembro e dezembro resultado próximo a meta atuarial do período.

Período	Indexador INPC	Juros	Meta Atuarial	Rentabilidade Acumulada
2021	10,16%	4,84%	15,47%	5,58%

## Plano III – Misto

O Plano encerrou o ano de 2021 com um Patrimônio Líquido de R\$ 643,3 milhões, alocados nos seguintes segmentos: 73,1% em Renda Fixa, 11,3% em Renda Variável, 13,9% em Investimentos Estruturados e 1,6% com Operações com Participantes.

O retorno acumulado no período foi negativo em 2,30% contra um índice de referência no mesmo período de 14,24%.

Apesar do retorno negativo, registre-se que o processo de reorganização da carteira, a partir da seleção de novos Fundos começou a surtir efeitos positivos nos meses de novembro e dezembro. Além disso, parte da rentabilidade negativa pode ser explicada pela volatilidade do segmento de Renda Fixa, entretanto, considerando que os títulos não foram alienados, espera-se que a estabilidade do mercado traga melhores resultados nos próximos meses.

Período	Indexador INPC	Juros	Índice de Referência	Rentabilidade Acumulada
2021	10,16%	3,72%	14,24%	-2,30%

## 9.2 Composição da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 a Fundação possuía as seguintes aplicações financeiras que lastreiam as Provisões Matemáticas, de acordo com a Política de Investimentos de 2021/2025, aprovada em 28 de dezembro de 2020, Ata da 278ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo.

CNPJ: 73.983.876/0001-79

A FUNDIÁGUA realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (Fundos de Investimentos). Utiliza como prestador de serviços de custódia qualificada, o Banco Genial S.A., anteriormente denominado, Brasil Plural S.A. Banco Múltiplos, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Alocação dos recursos totais aplicados, por plano de benefícios, plano Assistencial e PGA, cujos valores estão líquidos das provisões para perdas:

### Carteira consolidada por tipo de aplicação

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Títulos Públicos</b>	<b>414.328</b>	<b>438.052</b>
Títulos Públicos Federais	414.328	438.052
Notas do Tesouro Nacional – NTN	413.382	346.848
Crédito Securitizado	946	1.156
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	0	90.048
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>22.791</b>	<b>30.216</b>
Instituições Financeiras	22.791	30.216
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	0	0
Letras Hipotecárias	0	1.978
Letras Financeiras	22.791	28.238
<b>Ações</b>	<b>13.520</b>	<b>13.520</b>
Sociedades de Propósito Específico - SPE	13.520	13.520
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>465.298</b>	<b>416.486</b>
Renda Fixa	167.403	294.405
Ações	105.520	80.336
Multimercado	181.765	29.860
Direitos Creditórios	8	3.115
Participações	7.604	5.589
Imobiliário	2.998	3.181
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>15.171</b>	<b>15.764</b>
Aluguéis e Renda	15.171	15.764
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>19.802</b>	<b>22.750</b>
Empréstimos Simples	19.802	22.750
<b>Depósitos Judiciais/Recursais</b>	<b>315</b>	<b>132</b>
Depósitos Judiciais/Recursais	315	132
<b>Ativo realizável de investimentos</b>	<b>951.225</b>	<b>936.920</b>

CNPJ: 73.983.876/0001-79

### Composição dos investimentos por tipo de aplicação, segregados por plano de benefícios, Assistencial e PGA

#### Plano I – BD

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Títulos Públicos</b>	<b>11.425</b>	<b>5.343</b>
Títulos Públicos Federais	11.425	5.343
Notas do Tesouro Nacional – NTN	11.425	5.343
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>9.026</b>	<b>15.245</b>
Renda Fixa	2.447	9.867
Ações	2.654	2.750
Multimercado	3.925	2.628
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>212</b>	<b>308</b>
Empréstimos Simples	212	308
<b>Ativo realizável de investimentos</b>	<b>20.663</b>	<b>20.896</b>

#### Plano II – Saldado

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Títulos Públicos</b>	<b>141.759</b>	<b>74.196</b>
Títulos Públicos Federais	141.759	74.196
Notas do Tesouro Nacional – NTN	140.813	40.012
Crédito Securitizado	946	1.156
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	33.028
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>7.889</b>	<b>8.650</b>
Instituições Financeiras	7.889	8.650
Letras Hipotecárias	-	1.978
Letras Financeiras	7.889	6.672
<b>Ações</b>	<b>10.709</b>	<b>10.709</b>
Sociedades de Propósito Específico - SPE	10.709	10.709
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>81.948</b>	<b>143.147</b>
Renda Fixa	29.805	88.844
Ações	32.477	37.782
Multimercado	9.389	5.730
Direitos Creditórios	8	2.086
Participações	7.271	5.524
Imobiliário	2.998	3.181
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>15.171</b>	<b>15.764</b>
Aluguéis e Renda	15.171	15.764
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>10.193</b>	<b>11.136</b>
Empréstimos Simples	10.193	11.136
<b>Depósito Judiciais/Recursais</b>	<b>58</b>	<b>37</b>
Depósito Judiciais/Recursais	58	37
<b>Ativo realizável de investimentos</b>	<b>267.727</b>	<b>263.639</b>

### *Plano III – Misto*

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Títulos Públicos</b>	<b>261.144</b>	<b>358.513</b>
Títulos Públicos Federais	261.144	358.513
Notas do Tesouro Nacional - NTN	261.144	301.493
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	57.020
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>14.902</b>	<b>21.566</b>
Instituições Financeiras	14.902	21.566
Letras Financeiras - LF	14.902	21.566
<b>Ações</b>	<b>2.811</b>	<b>2.811</b>
Sociedades de Propósito Específico - SPE	2.811	2.811
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>354.225</b>	<b>238.591</b>
Renda Fixa	121.211	176.191
Ações	70.389	39.804
Multimercado	162.292	21.502
Direitos Creditórios	-	1.029
Participações	333	65
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>9.397</b>	<b>11.306</b>
Empréstimos Simples	9.397	11.306
<b>Depósito Judiciais/Recursais</b>	<b>257</b>	<b>95</b>
Depósito Judiciais/Recursais	257	95
<b>Ativo realizável de investimentos</b>	<b>642.736</b>	<b>632.882</b>

### *Plano Assistencial*

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>8.047</b>	<b>10.061</b>
Renda Fixa	6.103	10.061
Multimercado	1.944	-
<b>Ativo realizável de investimentos</b>	<b>8.047</b>	<b>10.061</b>

### *Plano de Gestão Administrativa – PGA*

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>12.052</b>	<b>9.442</b>
Renda Fixa	7.837	9.442
Multimercado	4.215	-
<b>Ativo realizável de investimentos</b>	<b>12.052</b>	<b>9.442</b>

### 9.3 Composição por Prazo de Vencimento e Natureza

#### 9.3.1 Títulos Públicos e Créditos Privados

A FUNDIÁGUA, geralmente, classifica os títulos na categoria títulos para negociação (marcados a mercado). No caso específico de títulos na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), será necessário observar adicionalmente o disposto no artigo 30 da Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto de 2021.

Estão indicados a seguir os valores totais dos títulos da “Carteira Própria”, dos Planos de Benefícios, Assistencial e do PGA:

a) Títulos para negociação (marcados a mercado) possuem os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2021:

ATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Plano	TIPO	Sem vencimento	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	de 5 a 10 anos	acima de 10 anos	Valor contábil em 31/12/2021	Valor contábil em 31/12/2020
BD	NTN-B	-	-	-	-	-	-	840
	FRF	3.742	-	-	-	-	3.742	9.867
	FIA	2.654	-	-	-	-	2.654	2.750
	FMM	2.630	-	-	-	-	2.630	2.628
Saldado	CVSC	-	-	-	946	-	946	1.156
	LFT	-	-	-	-	-	-	33.028
	LH	-	-	-	-	-	-	1.978
	LF	7.889	-	-	-	-	7.889	6.672
	FRF	33.616	-	-	-	-	33.616	88.844
	FIA	32.477	-	-	-	-	32.477	37.782
	FMM	5.578	-	-	-	-	5.578	5.730
	FIDC	8	-	-	-	-	8	2.086
	FIP	7.271	-	-	-	-	7.271	5.524
	FIMOB	2.997	-	-	-	-	2.997	3.181
Misto	NTN-B	-	-	32.786	-	179.225	212.011	241.347
	NTN-F	-	-	49.132	-	-	49.132	60.147
	LFT	-	-	-	-	-	-	57.020
	LF	14.902	-	-	-	-	14.902	21.566
	FIRF	194.133	-	-	-	-	194.133	176.191
	FIA	70.389	-	-	-	-	70.389	39.804
	FMM	89.370	-	-	-	-	89.370	21.502
	FIDC	-	-	-	-	-	-	1.029
FIP	333	-	-	-	-	333	64	
ASSIST	FRF	8.047	-	-	-	-	8.047	10.061
PGA	FRF	12.052	-	-	-	-	12.052	9.442
<b>Total</b>		<b>488.089</b>	<b>-</b>	<b>81.918</b>	<b>946</b>	<b>179.225</b>	<b>750.178</b>	<b>840.240</b>

CNPJ: 73.983.876/0001-79

b) Títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva) possuem os seguintes vencimentos em 31 de dezembro de 2021

### TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Plano	Títulos	Sem vencimento	Até 1 ano	de 1 a 5 anos	de 5 a 10 anos	acima de 10 anos	Valor contábil em 31/12/2021	Valor contábil em 31/12/2020
BD	NTN-B	-	-	-	-	7.535	7.535	591
	NTN-F	-	-	-	3.889	-	3.889	3.912
Saldado	NTN-B	-	-	-	22.699	86.664	109.363	8.382
	NTN-F	-	-	-	31.450	-	31.450	31.630
<b>Total</b>		-	-	-	58.038	94.199	152.237	44.515

#### 9.4 Ações

Os Planos investem em ações das SPE's:

- REALESIS BRASÍLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., no montante de 13.520 mil e;  
- REALESIS P2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A, no montante de R\$ 19.950 mil, provisionado integralmente para perda no exercício de 2019, vide nota 9.8.

O acionista controlador das ações suspendeu os pagamentos dos dividendos mínimos. Esses dividendos estão 100% provisionados.

#### 9.5 Fundos de Investimentos

São aplicações financeiras que reúnem recursos de uma variada cesta de ativos, em diferentes mercados. Os títulos que compõem as carteiras desses Fundos de Investimentos estão classificados como "títulos para negociação", que são avaliados a valor de mercado.

Para esses investimentos são observadas as composições das suas carteiras, de forma a determinar a classe de cada ativo e os limites previstos na política de investimentos aprovada pela entidade.

#### 9.6 Investimentos Imobiliários

##### ▪ Posição da Carteira

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Aluguéis e Renda</b>		
Centro Século XXI	15.145	15.743
Aluguéis a receber	26	21
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>15.171</b>	<b>15.764</b>

## ▪ Reavaliação de Imóveis

Em setembro de 2021, a Fundação procedeu a reavaliação do imóvel Centro Século XXI. A reavaliação foi efetuada de acordo com os critérios estabelecidos pela Norma Brasileira para Avaliação de Imóveis Urbanos, NBR 14653-2, da associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), conforme laudo emitido pela empresa Binswanger Brazil, cujo resultado gerou variação patrimonial negativa de R\$ 598 mil, no Plano II - Saldado.

## 9.7 Operações com Participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes dos Planos são regidos pelo Regulamento de Empréstimos, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com taxas e prazos pactuados.

A posição da carteira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está assim demonstrada:

				31/12/2021	31/12/2020
Plano de Benefícios	Plano I BD	Plano II Saldado	Plano III Misto	Consolidado	Consolidado
Carteira Simples	252	10.012	9.408	19.672	22.732
Prestações a Receber	0	260	318	578	687
Inadimplência	35	275	885	1.195	1.020
Perdas Estimadas	-75	-415	-1.214	-1.704	-1.780
Valore a receber da Seguradora - Sinistro	-	61	-	61	91
<b>Empréstimos</b>	<b>212</b>	<b>10.193</b>	<b>9.397</b>	<b>19.802</b>	<b>22.750</b>
<b>Quantidade de Contratos</b>				<b>883</b>	<b>985</b>

## 9.8 Provisão para perda dos investimentos

Foram constituídas considerando os riscos e as incertezas, refletindo a análise de recuperabilidade dos investimentos, sendo contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido de possível realização.

### Composição por plano das provisões para perda nos Investimentos em 31/12/2021:

	valor contábil em 31/12/2021	valor contábil em 31/12/2020
Plano I - BD	11	11
Plano II - Saldado	152.110	150.185
Plano III - Misto	97.263	96.652
<b>Total</b>	<b>249.384</b>	<b>246.848</b>

### Composição por segmento das provisões para perda nos Investimentos em 31/12/2021:

Segmento	BD	Saldado	Misto	2020	BD	Saldado	Misto	2021
CCB	-	12.812	3.119	15.931	-	-	-	15.931
DEBÊNTURES	11	63.175	48.958	112.144	-	-	-	112.144
CDB	-	24.485	12.009	36.494	-	-	-	36.494
LF	-	9.994	6.853	16.847	-	-	-	16.847
CCI	-	3.263	3.990	7.253	-	-	-	7.253
FP – FP2	-	7.344	9.472	16.816	-	-	-	16.816
Dividendos - Realesis	-	7.080	1.858	8.938	-	1.300	341	10.579
Dividendos - Realesis P2	-	7.655	3.603	11.258	-	1.436	676	13.370
Principal - Realesis P2	-	13.566	6.384	19.950	-	-	-	19.950
FIDC – Ático ( * )	-	811	405	1.216	-	-811	-405	-
	<b>11</b>	<b>150.185</b>	<b>96.651</b>	<b>246.847</b>	<b>-</b>	<b>1.925</b>	<b>612</b>	<b>249.384</b>

( \* ) Houve reversão da totalidade dos provisionamentos, em razão do recebimento integral dos recursos na data de vencimento do título.

## I Avaliação da Recuperabilidade de Ativos

Com relação aos ativos em recuperação, a seguir serão apresentadas as principais informações dos 10 (dez) ativos mais relevantes.

A título de informação, o critério utilizado considerou o peso de cada ativo no total de ativos em recuperação, aplicando uma linha de corte de mais de 2% (dois por cento) de representatividade. Tal amostra representa um total de 75% dos ativos classificados como PDD.

Além dos critérios acima, e dada a característica do FIM Minuano e do FIP Governança, que foram criados para a gestão de ativos problemáticos, os dois veículos foram incluídos na amostra de 10 ativos.

### a) SULTEPA

A Sultepa, companhia de capital aberto, realizou em dezembro de 1997 a terceira emissão para oferta pública de debêntures com prazo pactuado de 10 anos, a vencer em 15/07/2007, que foi adquirida pela Fundiáguia. Apesar de várias repactuações de prazo, os valores que deveriam ser pagos pela Sultepa não foram amortizados e adimplidos integralmente.

Em dezembro de 2013 foi declarado o vencimento antecipado da dívida e o ativo foi integralmente provisionado na carteira da Fundiáguia. Ademais, o conjunto de debenturistas sob coordenação da Corretora Planner, Agente Fiduciário, contratou o escritório Castro Barcelos Advogados para atuar no processo de recuperação dos créditos e execução das garantias relativas às debêntures da Sultepa, e que como última medida extrajudicial adotada pelo Agente Fiduciário, foi criada os eventos de juros e vencimento antecipado, com base em 27/11/2013, para as debêntures de emissão da Construtora Sultepa S/A na CETIP.

Em junho de 2021, a ação de execução proposta pelos debenturistas por intermédio do escritório Castro Barcellos encontrava-se encerrada, tendo sido extinta por ter havido pedido de recuperação judicial da emissora. O plano de recuperação foi aprovado pelo juiz e aguarda-se o seu cumprimento.

## b) MORADA

Especializado em crédito pessoal e crédito direto ao consumidor (CDC), o Banco Morada atuou cerca de 30 anos no mercado de crédito, especializando-se em crédito pessoal, CDC administração de cartões, desconto de cheques pré-datados, financiamento de automóveis, empréstimos a pessoas jurídicas, inclusive como agente repassador de recursos do BNDES.

Em 05/02/2010, foi celebrado Termo de constituição de Garantia de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças, pelo qual o Banco Morada cedeu, em favor da Fundiágua, créditos em regime fiduciário. O Termo previa que, na hipótese de decretação de intervenção ou liquidação extrajudicial do Morada, os recursos decorrentes do pagamento dos recebíveis deveriam ser utilizados para o pagamento do valor dos CDBs, em seus respectivos vencimentos, até sua liquidação integral.

Em 28/04/2011, foi decretada pelo Banco Central a intervenção no Banco Morada. Segundo a autoridade monetária, a medida foi tomada em decorrência do comprometimento patrimonial, do descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (BC), além de os controladores da instituição não terem apresentado um plano de recuperação viável do banco. Em 13/03/2015 foi decretada a falência do Banco Morada.

No que se refere ao ativo, a Fundiágua tinha 2 ações em andamento. A primeira, que está sendo acompanhada pelo escritório Marcones Gonçalves trata sobre o edital publicado em agosto de 2015 em que os credores indicam o crédito da Fundiágua no valor de R\$ 12.051 mil. Aguarda-se a arrecadação dos ativos para verificar se haverá recursos suficientes para pagamento dos credores quirografários<sup>2</sup>. Em recentes contatos com o liquidante, foi informado que ainda não há previsão para início dos pagamentos, bem como que não houve venda de bens durante o curso da falência.

A segunda ação contra o FGC, pretendia obter o ressarcimento do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) pela aquisição dos CDBs do banco em valor “per capita” por CPF de cada participante, e não pelo CNPJ da FUNDIÁGUA, a ação foi julgada improcedente e foi encerrada.

## c) CCB Eletrodireto

A Eletrodireto, empresa atacadista e varejista de eletrodomésticos criada em 2002, entrou com pedido de recuperação judicial em julho de 2007 e teve sua falência decretada em maio de 2008, após recusa, pelos credores, do plano de recuperação Judicial.

Tendo em vista o pedido de recuperação judicial da Eletrodireto, que acarretou no vencimento antecipado das obrigações da Empresa representada por CCBs (Cédula de Crédito Bancário), a Eletrodireto S/A Central de Distribuição (Eletrodireto) obteve junto ao Banco Prosper S/A (“Prosper”) a concessão de uma linha de crédito fixo, formalizada através da emissão, em 09/08/06, das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) que perfaziam o valor total, naquela data, de R\$ 3.500 mil.

<sup>2</sup> Credor quirografário é aquele que não possui um direito real de garantia, pois seu crédito está representado por títulos oriundos de uma obrigação. No caso o crédito da Fundiágua tinha como garantia os contratos de empréstimos emitidos pelo Banco Morada.

A dívida foi garantida pelo penhor de direitos creditórios e penhor mercantil da Eletrodireto, e o aval do Sr. Ricardo Javier Etchenique. O crédito constituído através da emissão do referido título foi, então, adquirido pela Fundiágua, tendo ela se sub-rogado nos direitos do Banco Prosper S/A. Concedido o empréstimo, ficou definido que os saldos devedores das CCB, deviam ser pagos até o dia 09/08/2011, data do vencimento.

Tendo em vista o pedido de recuperação judicial da Eletrodireto em julho de 2007, foi decretado o vencimento antecipado das CCB, com isso, a Fundiágua ajuizou em 20/09/2007 ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Ricardo Javier Etchenique, visando o recebimento de R\$ 3.125 mil.

Desde então, a FUNDIÁGUA tem buscado a satisfação integral do seu crédito e no momento aguarda o resultado de pesquisas perante a Junta Comercial de São Paulo e sobre a existência de inventário dos bens deixados pelo pai do executado.

#### **d) Banco BVA**

Nos meses de março e abril de 2012 a Fundiágua adquiriu 06 Letras Financeiras de Negociação Privada (“LF”) emitidas pelo Banco BVA, todas devidamente registradas na CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”). Tais LFs tiveram vencimento antecipado em virtude da decretação da falência do Banco BVA, decretada em 19 de setembro de 2014, devendo ser regularmente pagas nos autos deste procedimento falimentar na importância de R\$ 27.356 mil.

Em 27 de agosto de 2017, a Fundiágua por intermédio do Escritório Tozzini Freire, protocolou pedido de habilitação retardaria de crédito, solicitando a reclassificação do crédito para a classe “quirografário”. O Escritório Tozzini argumentou que o valor corresponde as LF comuns e por este motivo não poderia ser classificado o crédito como subordinado, mas sim como quirografário.

A Administradora Judicial levantou ainda que o valor do crédito apresentado não corresponde a Letras Financeiras somente, mas que é composto por Certificado de Depósito Bancário Subordinado – CDBS, e que este deve ser mantido como crédito subordinado.

Dessa forma, em 04/11/2019, o valor de R\$17.660 mil foi reclassificado como crédito quirografário e o valor de R\$9.695 mil foi mantido como crédito subordinado.

O processo foi encerrado, contudo o Escritório Tozzini Freire está acompanhando o processo judicial de falência do Banco BVA (Falência nº 1087670-65.2014.8.26.0100), em trâmite perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo/SP.

#### **e) FIP FP2**

Originariamente, a Fundiágua era cotista do Fundo de Investimento Multimercado FP1 Longo Prazo, liquidado em 21/06/2016, que investia quase 93% de seus recursos no FP2 Fundo de Investimento em Participações.

Em agosto de 2015, a Cabedal, que era administradora do FP1, pediu renúncia da função e, em novembro de 2015, foi realizada Assembleia Geral de Cotistas na qual foi reiterado o pedido de renúncia e apresentadas opções de possíveis candidatos à administração do Fundo, mas nenhuma contratação se mostrou viável. Em razão disso, a Cabedal se comprometeu a ficar mais um tempo, até que o Fundo encontrasse novo administrador.

Passado o prazo, sem que nenhuma outra contratação tivesse sido encaminhada, o administrador do Fundo deu início ao procedimento de liquidação do Fundo FP1 e os cotistas assumiram as cotas do FP2 FIP diretamente.

Após assunção da LAD Capital, nova Assembleia Geral de Cotistas foi realizada em outubro de 2018, na qual a nova administradora apresentou os problemas identificados no Fundo, além de pontuar as dificuldades que tinha para obter informações sobre as investidas.

Com base no cenário apresentado e na ausência de avaliação atualizada dos ativos do Fundo, com o objetivo de determinar a capacidade de recuperação do crédito investido, concluímos que os ativos possuem baixíssima capacidade de liquidez.

**f) BR FOOD (Debêntures BFG/Brazal)**

Entre outubro de 2011 e janeiro de 2014, a FUNDIÁGUA, na condição de cotista de fundos de investimento e em operações em carteira própria, realizou aquisições de debêntures de emissão da empresa Brasil FoodService Group S/A – BFG (atualmente Brazal – Brasil Alimentos S/A), num total de R\$ 80.454 mil, em valores nominais.

As debêntures adquiridas pela Fundiágua foram da 3ª Emissão, datada de 23/10/2012. Na escritura de emissão consta que o total emitido foi de R\$ 600 milhões, sendo 60 mil debêntures no valor nominal de R\$ 10 mil cada, ficou estabelecido ainda que os papéis seriam amortizados em 72 parcelas, sendo o vencimento da primeira em 23/11/2014. Posteriormente, por meio do 4º aditamento, assinado em 22/10/2014, passou-se a prever o pagamento em 7 amortizações anuais sucessivas a partir de 23/10/2015.

No entanto, não houve pagamento de parcela vencida no dia 23/10/2015. Os debenturistas, representando 95,81% das Debêntures em circulação, aprovaram manter a declaração do vencimento antecipado. Diante disto, a GDC Partners, agente fiduciário, ajuizou, em nome dos debenturistas, Ação de Execução de Título Extrajudicial perante a 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em desfavor de BFG, ICLA, Fundo NSG, Vênus, BFM e BPE, ainda em trâmite.

Além da execução, em 17/05/2018 a Fundiágua protocolou ação de indenização em face das pessoas físicas e jurídicas responsáveis pela perda (proc. nº 0713700-03.2018.8.07.0001, 4ª Vara da Fazenda Pública de Brasília). Em março de 2020, a CAESB integrou a ação como assistente simples da Fundiágua. Ainda não há sentença.

**g) SPE Realesis Pampulha**

Em 20/06/2016, a Fundiágua e a Realesis Holding firmaram Acordo de Investimento, cujo objeto delineava os moldes da subscrição, pela Fundiágua, de uma Ação Preferencial Classe A de emissão da Realesis P2 Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Realesis Empreendimentos”), cujo controle acionário é detido pela Realesis Holding, ao preço de R\$19.950 mil.

O plano de negócios tinha como objetivo o desenvolvimento, implantação, exploração comercial e administração de empreendimento do tipo “Shopping Center”. O prazo estipulado foi de 48 meses, contados da assinatura do acordo. No entanto, até o ano de 2016 o Shopping não havia sido inaugurado, ou seja, 3 anos após o vencimento do prazo.

Para recuperação da perda com esse investimento, a Fundiágua propôs Ação de Execução de Título Extrajudicial, que tramita sob o nº 0226374-08.2016.8.19.0001, perante a 4ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e que ainda está em fase de citação dos réus. Também foi ajuizada Ação de Prestar Contas, visto a negativa de informações pela parte Ré, que tramita sob o nº 0185548-03.2017.8.19.0001, perante a 13ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e que também está em fase de citação dos réus. Ambas as ações estão a cargo do escritório Castro Barcellos.

Em dezembro de 2020, foi ajuizada pela Fundiágua ação de notificação judicial de protesto interruptivo de prescrição, nº 0742997-84.2020.8.07.0001, na 15ª Vara Cível de Brasília, em desfavor dos ex-dirigentes da Fundiágua com intuito de interromper a prescrição, garantindo dessa forma a eventual pretensão quanto a reparação civil.

**h) Debêntures MULTINER**

Em 09/08/2010, a Fundiágua adquiriu um total de 12 (doze) debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela empresa Multiner S/A, no valor de R\$6.168.209,16. A Multiner S/A tem por objeto a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

A despeito de tratar-se de uma companhia de capital aberto, a gestora e a administradora enfrentam a falta de transparência nas ações dos dirigentes, e a incerteza com relação às informações financeiras e operacionais pela Companhia.

Com a inadimplência da dívida na data do vencimento, a Fundiágua ajuizou, em 11/07/2017, ação de execução contra a empresa emissora, perante a 7ª Vara Cível do Rio de Janeiro (processo 0173042-92.2017.8.19.0001). A ação encontra-se suspensa até pronunciamento do Tribunal Arbitral da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que, no processo CMA 520, instaurado pelas atuais administradoras da Multiner, analisa o Acordo de Reorganização Societária da companhia e, via de consequência, a própria exigibilidade das debêntures. A demanda está a cargo do escritório Tozzini Freire.

**i) Governança Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**

O Governança Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com início de suas operações em 19/04/2013, destinado exclusivamente a um

CNPJ: 73.983.876/0001-79

único Investidor Profissional, a Fundiágua – Fundação de Previdência Complementar (Fundição). O investimento no FIP foi realizado pelos Planos II – Saldado e III – Misto.

Criado com o objetivo de melhorar os controles/acompanhamento e a governança dos FIPs investidos pela Fundição, atualmente tem em sua carteira os FIPs Biotec, Multiner, Triscorp e Geração de Energia.

O Fundo possui prazo de duração de 12 anos, contados a partir da integralização inicial de cotas, o qual poderá ser prorrogado por mais 2 anos, por decisão dos cotistas em Assembleia Geral de Cotistas.

O objetivo do Fundo é buscar a valorização do capital investido com vistas a superar a variação do IPCA + 6% ao ano, por meio da realização de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações e/ou de fundos de investimento em empresas emergentes, que tenham foco em um ou mais setores da economia, tais como energia, biotecnologia, florestas, alimentos, infraestrutura, dentre outros.

O patrimônio líquido do Fundo em 31/12/2021 era de R\$ 1.020 mil, sendo R\$ 1.016 mil em ativos mais R\$ 4 mil de caixa, com uma rentabilidade acumulada de 98,81% de acordo com a carteira do Fundo.

### **FIP Triscorp**

Constituído em novembro de 2011, sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de obter rendimentos por meio de investimentos em ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis em ações e/ou permutáveis por ações de emissão de companhias alvo ou companhias investidas.

Após análise do histórico disponível sobre o Fundo, houve o entendimento de que os ativos investidos foram mal precificados e/ou superavaliados, o que, por consequência, beneficiou por longo tempo os prestadores de serviços, que têm como remuneração um percentual sobre o patrimônio líquido do Fundo. Os projetos, por sua vez, não tiveram sucesso e o Fundo demonstrou não possuir boas perspectivas de retorno de seus investimentos.

Visando a recuperação das perdas, a Fundição aprovou a contratação do escritório Castro Barcellos para análise dos documentos que evidenciam as diversas irregularidades que acometiam e inviabilizaram a transparência na condução dos assuntos do Fundo.

O escritório contratado propôs, em setembro de 2017 medida judicial objetivando a Tutela de Urgência visando bloquear a alienação de fazendas que compõem o capital social das companhias investidas pelo FIP, elaborar e propor ação judicial pelo rito ordinário com vistas a garantir o desinvestimento da Fundição perante o FIP Triscorp. Em 01/11/2017, foi protocolado pedido de instauração de processo administrativo sancionador (PAS) junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em face de irregularidades praticadas pelos antigos prestadores de serviços – Triscorp e Lions. Em março de 2018, o processo foi instaurado sob o número 19957.010619/2017-16. O escritório está acompanhando e monitorando os andamentos.

Em fins de outubro de 2018, o escritório Castro Barcellos foi substituído pelo escritório Machado Meyer que se manifestou pela desistência da ação, a fim de melhor proteger os interesses das fundações

cotistas, em curso o que foi realizado em dezembro de 2018. O pedido foi acatado, já que não houve citação, e seguiu para o arquivo.

### **FIP Biotec**

Trata-se de um fundo de investimentos em participações (FIP), constituído em abril de 2011. O Fundo tem por objetivo, a aquisição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, todos de emissão da Super Bac - Proteção Ambiental S.A., ou de outras sociedades anônimas que sejam companhias fechadas e possuam participação relevante na Super Bac, de acordo com a política de investimento do Fundo.

O FIP concentra seus investimentos na Bio-tec Participações, que investe integralmente na Super Bac, representando um total de 3,28% do capital social da Companhia, sem poder de veto. Desde 2012, o Fundo não possui demonstrações financeiras acompanhadas de parecer favorável, de modo que a análise dos investimentos e do *valuation* dos ativos fica prejudicada. Os pareceres de 2013 e 2014 foram emitidos com abstenção pela KPMG e o de 2015, com opinião adversa pela Deloitte. O último disponibilizado, referente ao exercício findo em fevereiro de 2017, conta com parecer da Deloitte pela abstenção.

Em 08/03/2018, a Fundiágua e a FIPECq apresentaram denúncia à Comissão de Valores Mobiliários para investigação e apuração das irregularidades, por ação ou omissão, cometida pelos antigos prestadores de serviço, pelo cotista majoritário, pela Administradora Gradual e pela Gestora TMJ. O processo ainda está em trâmite.

Desde 2020 o escritório Marcones Gonçalves Advogados Associados está à frente da estratégia jurídica para recuperação das perdas com esse ativo.

### **FIP Multiner**

O FIP Multiner foi constituído em novembro de 2008, sob a forma de condomínio fechado, e tem por objetivo a valorização do capital investido, a longo prazo, em carteira de Valores Mobiliários, participando do processo decisório das Companhias Alvo, exercendo efetiva influência na definição de suas políticas estratégicas e nas suas gestões, notadamente através da indicação de membros do conselho de administração.

Apesar de a época do investimento tratar-se de uma companhia de capital aberto, a gestora e a administradora enfrentam falta de transparência nas ações dos dirigentes, na precariedade e morosidade no envio de informações financeiras e operacionais pela Companhia inclusive tendo sido autuada no âmbito da Operação da Política Federal, denominada como Operação Greenfield.

Diante de todos esses acontecimentos, a Fundiágua optou por contratar Marcones Gonçalves Advogados Associados para analisar as informações disponíveis sobre o Fundo e conduzir medidas extrajudiciais e judiciais para preparar a saída da Fundação desse investimento, por meio de requerimento de liquidação do Fundo, ainda que parcial, com resgate proporcional de suas cotas, que representam percentual inferior a 1%. Por essa razão, as deliberações em Assembleias e outras reuniões têm tomado viés diferente, sempre em vista a preparar-se com essa finalidade.

### **FIP Geração de Energia**

O FIP Geração de Energia foi constituído em 01/03/2010 sob a forma de condomínio fechado com operações iniciadas em 14/09/2010. O Fundo possui prazo determinado de duração de 7 (sete) anos contados a partir da primeira integralização inicial de cotas, podendo ser prorrogado mediante aprovação prévia da Assembleia Geral de Cotistas, dessa forma, o Fundo foi prorrogado até o dia 29/06/2019. Em 24/06/2019, a AGC aprovou o Plano de Liquidação do Fundo com prazo de duração até 29/06/2021, podendo, a critério da gestora, ser prorrogável até 29/06/2023.

De acordo com o regulamento, o FIP Geração de Energia tem como objetivo investir em sociedades anônimas, abertas ou fechadas, emissora de títulos e valores mobiliários, que atuem, direta ou indiretamente, no setor de geração de energia e que possam ser objeto de proposta de investimento pelo Fundo. Ademais, em sendo de capital aberto, deverão estar listadas em um dos segmentos do Novo Mercado da Bovespa ou permitir participação efetiva do Fundo na sua gestão, por um dos mecanismos previstos no regulamento do Fundo.

O FIP Geração de Energia investe em duas companhias: a Bolt Energias S.A. (Green Oil) marcada ao valor de R\$ 34.255 mil na carteira do Fundo e a STIG Energia e Projetos S.A. marcada na carteira ao valor de R\$ 2 mil. De acordo com o extrato consolidado o ativo apresentou uma rentabilidade de -5,28% ao ano e de -89,38% acumulada.

### **j) Minuano Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado**

O Minuano Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado (Fundo), foi constituído em 4/06/2012 tendo iniciado suas operações em 3/07/2012 com administração pela Genial Investimentos Corretora de Valores S.A. (Administradora). O Fundo destina-se exclusivamente a Fundiágua. O investimento no Fundo foi realizado pelos Planos II – Saldado e III – Misto.

O objetivo do Fundo consiste em proporcionar aos seus cotistas, rentabilidade por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados de taxa de juros pós fixadas e pré-fixadas, índices de preços, moeda estrangeira, visando superar o retorno anual equivalente ao IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Contudo, desde 2015, o patrimônio do Fundo foi reavaliado e precificado a valor justo devido as diversas demandas judiciais, falência de algumas empresas e reenquadramento dos seus investimentos, os quais aproximadamente 70% foram levados a Provisão para Perda (PDD).

O patrimônio líquido do Fundo em 31/12/2021 era de R\$ 15.991 mil. Sob a ótica de retorno, percebe-se que desde o início das operações, em 04/07/2012, o FIM Minuano apresentou rentabilidade acumulada negativa de 67,09%.

Do patrimônio supramencionado, temos que 72,13% refere-se a recursos alocados em títulos do tesouro nacional, 27,87% estão relacionados à CCI Santa Cruz e 0,1% em caixa. Além de tais ativos, o Minuano possui em sua carteira alguns créditos totalmente provisionados, quais sejam, CCI Green Village, CCI Monet e CCI Real State Master.

### **CCI Santa Cruz**

Em 02/07/2014, a Real Estate Santa Cruz (emissora) e a Real Estate Rua (devedora) celebraram Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, pelo qual a emissora emprestou à devedora, pelo prazo de 60 meses, a quantia de R\$17.500 mil, a ser utilizada para financiar a aquisição e o desenvolvimento de empreendimento imobiliário.

A Real Estate Rua através de escritura pública, adquiriu o imóvel, logo depois da emissão da CCI, pelo valor de R\$8.925 mil. A emissora, na qualidade de única e legítima titular dos créditos imobiliários, emite uma CCI (CCI Santa Cruz) para representar 100% dos créditos imobiliários. Considerando que o instrumento de emissão da CCI prevê carência integral por 36 meses, a CCI teve seu primeiro vencimento em 02/01/2018. Houve tentativa de contato por e-mail com as devedoras, sem sucesso. Não houve, portanto, qualquer pagamento.

A estratégia adotada para recuperação do crédito foi a excussão judicial do terreno dado em garantia. A documentação já foi entregue ao cartório de registro de imóveis competente para que fosse iniciado o processo de excussão, que ficou a cargo do escritório Marcones Gonçalves Advogados Associados.

No final de 2021, foi dado início ao processo de leilão do terreno que se encontra em andamento, com previsão de encerramento em 90 dias. Após o resultado do leilão as medidas cabíveis serão tomadas, no caso de não se obter sucesso na venda do ativo.

Em dezembro de 2020, foi ajuizada pela Fundiágua ação de notificação judicial de protesto interruptivo de prescrição, nº 0742983-03.2020.8.07.0001, na 7ª Vara Cível de Brasília, em desfavor dos ex-dirigentes da Fundiágua com intuito de interromper a prescrição, garantindo dessa forma a pretensão a reparação civil. A ação está sob os cuidados do escritório Marcones Gonçalves Advogados Associados.

- **CCI Green Village**

Em 04/10/2012, a Green Village Incorporações Imobiliárias S.A. (emissora) e a Green Ocean Camboriú Incorporações Imobiliárias S.A. (devedora) celebraram Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, pelo qual a emissora emprestou à devedora, pelo prazo de 48 meses, a quantia de R\$ 13.412 mil a ser utilizada para construção de um empreendimento residencial, chamado Green Ocean Village Condominium (Govillage), localizado na cidade de Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Em 19/12/2012, o fundo adquiriu a CCI 04 e, em 26/12/2012, adquiriu as CCIs 01, 02 e 03. No dia 20/03/2017, foi declarado o vencimento antecipado em 23/06/2017, a execução foi ajuizada. Contudo a Gestora do Fundo entende que, considerando a insuficiência das garantias e a dificuldade dos agentes envolvidos de concluir a formalização da operação, acreditamos que a chance de êxito na recuperação do crédito baixa, estando 100% provisionada para perda na carteira do Fundo.

- **CCI Monet**

Em 04/10/2012, a Real Estate Monet Empreendimentos Imobiliários S.A. (emissora) e a Matisse Empreendimentos Imobiliários Eireli (devedora) celebraram Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, pelo qual a emissora emprestou à devedora, pelo prazo de 48 meses, a quantia de R\$ 12.000 mil. O objetivo era financiar atividade econômica da devedora, concentrada no ramo da comercialização, locação e incorporação de imóveis próprios. Desse contrato também participaram o Fundo Minuano e a Real Estate Master como intervenientes anuentes.

Em 07/07/2014, foi celebrado instrumento particular de alienação fiduciária de imóvel em garantia, pelo qual o apartamento de propriedade da avalista, localizado na Av. Vieira Souto, Ipanema – RJ, mesmo endereço das empresas emissora e devedora, foi alienado fiduciariamente em garantia da operação.

Considerando que a garantia de alienação fiduciária do imóvel não está registrada e o registro se mostrou inviável, em razão do falecimento da proprietária, o Gestor acredita que, a princípio, a chance de êxito na recuperação do crédito é de aproximadamente 10%. Levando em consideração, todavia, o bloqueio online efetivado no processo de execução, no valor aproximado de R\$23.600 mil, as chances de recuperação podem ser alteradas e revertidas em favor do Fundo.

- **CCI Real Estate Master (REM)**

Em 23/10/2014, a Real Estate Master Empreendimentos e Participações S.A. (emissora) e o Banco BRJ S.A., (em processo de falência desde 10/08/2017) (devedora) celebraram Instrumento Particular de Contrato de Mútuo, pelo qual a emissora emprestou à devedora, pelo prazo de 24 meses, a quantia de R\$ 3.500 mil.

Em 13/05/2015, os mesmos operadores assinaram um novo contrato no valor de R\$ 3.000 mil pelo prazo de 36 meses com vencimento em 13/05/2018 as duas cédulas tinham como garantia o aval da Abenza Consultoria Imobiliária e Participações Ltda. Os recursos deveriam ser destinados a construção dos empreendimentos residenciais.

Considerando que as operações dispõem apenas da garantia de aval da empresa Abenza Consultoria e da coobrigação do Banco BRJ (não comprovada), o Gestor realizou reunião com a REM, aparentemente controlada pela empresa Gipoia, e que apresentou um breve histórico dos empreendimentos atuais que a empresa administra, assim como dos problemas que enfrentam com a administração e comercialização desses imóveis. Diante desse cenário, e tendo em vista o montante atual da dívida, entendemos que a chance de êxito na recuperação do ativo é remota.

## 9.9 Gerenciamento de Riscos Financeiros e Enquadramento Legal dos Ativos

O gerenciamento de risco realizado pela Fundação baseia-se por meio da Política de Investimentos 2021-2025 da Fundiágua, além dos dispositivos legais vigentes da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, Resolução CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, Instrução PREVIC nº 15, de 08 de dezembro de 2017, e Instrução PREVIC nº 35, de 11 de novembro de 2020. Os recursos garantidores dos planos benefícios oferecidos da Fundação são geridos sob as boas práticas de gestão de investimentos.

Ademais, a Entidade possui um monitoramento contínuo e proativo, com procedimentos, critérios e parâmetros para avaliação dos riscos financeiros a serem seguidos pela Fundação, em consonância dos normativos internos e legislações vigentes.

- **Risco de Mercado:** são aqueles relacionados às oscilações nos preços e taxas praticadas nos mercados financeiros. Para o acompanhamento desses riscos foram utilizadas as seguintes ferramentas estatísticas, definidas pela Política de Investimentos 2021-2025 da Fundiágua:

MANDATO	DESCRIÇÃO	BENCHMARK	VAR / B-VAR	LIMITE
Renda Fixa Tradicional	Rentabilidade atrelada ao CDI/SELIC, ativos de maior liquidez.	CDI	B-VAR	3,00%
Renda Fixa Inflação (mercado)	Ativos atrelados à inflação, marcados a mercado.	IMA-B	B-VAR	4,00%
Renda Fixa Crédito	Títulos privados que buscam prêmio em relação as taxas praticadas no mercado.	CDI + 1,00% a.a.	VAR	3,00%
IRF-M	Títulos públicos pré-fixados.	IRF-M	VAR	5,00%
Renda Variável Passiva	Acompanhar os índices de referência do mercado de ações.	IBOVESPA	B-VAR	5,00%
Renda Variável Ativa	Menor correlação com os índices do mercado de ações.	IBOVESPA + 3,00% a.a.	B-VAR	15,00%
Multimercados Institucionais	Fundos multimercados que obedecem às vedações estabelecidas as EFPCs.	CDI + 0,50% a.a.	VAR	3,00%
Multimercados Estruturados	Fundos multimercados que não obedecem, necessariamente, a todos os pontos da legislação aplicável às EFPCs.	CDI + 2,00% a.a.	B-VAR	8,50%
Exterior	Fundos de investimento negociados no mercado local, que possuem em sua carteira ativos financeiros internacionais (ações, títulos e demais ativos localizados em mercado estrangeiro).	MSCI World BRL	B-VAR	15,00%

- **Risco de Crédito:** também conhecido como risco de contraparte, constitui-se da possibilidade do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de ativos financeiros. Deste modo, antes de realizar uma aplicação em ativos ou de cotas de fundos de investimento relacionados ao risco de crédito, a Fundação avalia o potencial da empresa/instituição emissora do crédito em honrar as dívidas. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, evitando-se exposição a ativos não elegíveis, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de Investimento + Grau Especulativo	50%
Grau Especulativo	20%

CNPJ: 73.983.876/0001-79

- **Risco de Liquidez:** envolve a avaliação de potenciais perdas financeiras decorrentes da realização de ativos a preços abaixo daqueles praticados no mercado, efetuados para cumprir obrigações de pagamentos de benefícios aos participantes. A análise do risco de liquidez se dará por meio do controle do percentual negociável da carteira em determinado período, adotando como premissa a utilização de 20% do volume médio negociado nos últimos 21 dias úteis, para cada ativo presente na carteira e/ou fundos exclusivos. No caso dos demais fundos, será utilizado o prazo de cotização divulgado em regulamento.

A seguir demonstramos a alocação de cada plano de benefícios da Fundação por segmentos de investimentos, bem como, os gerenciamentos de riscos financeiros pela mandatos determinados pela Política de Investimentos 2021-2025:

**a) Plano I – BD**

No final do exercício de 2021, registou o montante de R\$ 20,737 mil alocados nos segmentos de aplicações determinados pela Resolução CMN n.º 4.661/2018.

Em relação ao enquadramento legal dos ativos, apresentamos a aderência dos investimentos do plano aos limites de alocação estabelecidas pela Política de Investimentos 2021-2025 e dispositivos legais vigentes:

### LIMITES DE ALOCAÇÃO

Limites de alocação estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do Plano

Segmentos de Aplicações	Posição Atual R\$	%	Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
Renda Fixa	15.166	73,14%	100,00%	45,00%	100,00%	Ok!
Renda Variável	2.654	12,80%	70,00%	0,00%	40,00%	Ok!
Estruturado	2.630	12,68%	20,00%	0,00%	20,00%	Ok!
Imobiliário	-	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%	Ok!
Operações com Participantes (*)	287	1,38%	15,00%	0,00%	15,00%	Ok!
Exterior	-	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	Ok!
<b>Total</b>	<b>20.737</b>	<b>100,00%</b>				

(\* )Os valores informados na rubrica Operações com Participantes são valores brutos, complementando o montante atualizado mais o valor de inadimplentes. não considerando a dedução das perdas estimadas no valor de R\$ 75 mil. (nota 9.7)

Em relação aos gerenciamentos de riscos, o referido Plano, no exercício de 2021, esteve em consonância com os limites de gerenciamento de Risco de Mercado, Crédito e Liquidez presentes na Política de Investimentos 2021-2025 da FUNDIÁGUA.

Cabe ressaltar que os títulos públicos NTN-B e NTN-F que representam mais de 55% dos valores alocados no Plano I - BD são títulos classificados/precificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), sendo assim, os referidos títulos serão levados até o vencimento, não sofrendo as oscilações de mercado e com rentabilidade estipulada no ato da contratação dos ativos, de modo que não estão sujeitos às premissas de gerenciamento de risco de mercado determinada pela Fundação.

## b) Plano II – Saldado

No final do exercício de 2021, registou o montante de R\$ 267.763 mil alocados nos segmentos de aplicações determinados pela Resolução CMN n.º 4.661/2018.

Em relação ao enquadramento legal dos ativos, apresentamos a aderência dos investimentos do plano aos limites de alocação estabelecidas pela Política de Investimentos 2021-2025 e dispositivos legais vigentes:

### LIMITES DE ALOCAÇÃO

Limites de alocação estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do Plano

Segmentos de Aplicações	Posição Atual		Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
	R\$	%				
Renda Fixa	183.271	68,45%	100,00%	45,00%	10,00%	Ok!
Renda Variável	43.186	16,13%	70,00%	0,00%	40,00%	Ok!
Estruturado	12.850	4,80%	20,00%	0,00%	20,00%	Ok!
Imobiliário	18.169	6,79%	20,00%	0,00%	20,00%	Ok!
Operações com Participantes (*)	10.287	3,84%	15,00%	0,00%	15,00%	Ok!
Exterior	-	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	Ok!
<b>Total</b>	<b>267.763</b>	<b>100,00%</b>				

(\*) Os valores informados na rubrica Operações com Participantes são valores brutos, complementando o montante atualizado mais o valor de inadimplentes, não considerando, prestações a receber (CAESB) de R\$ 260 mil, valores a receber de sinistro de R\$ 61 mil e a dedução das perdas estimadas no valor de R\$ 415 mil. (nota 9.7)

Em relação aos gerenciamentos de riscos, o referido Plano, no exercício de 2021, esteve em consonância com os limites de gerenciamento de Risco de Crédito e Liquidez presentes na Política de Investimentos 2021-2025 da FUNDIÁGUA.

No que se refere ao Risco de Mercado, o Plano possui desenquadramentos dos limites do Mandato de **Renda Variável Passiva**, medido pelo descasamento de até 5,00% (B-VAR) em relação à carteira e *benchmark* (índice de referência Ibovespa), conforme gerenciamento de Risco de Mercado constante na Política de Investimentos 2021-2025 da FUNDIÁGUA, nos meses de janeiro a setembro de 2021:

MANDATO	LIMITE	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Renda Variável Passiva	B-VAR (5%)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	OBSERVADO	11,76	14,16	10,91	7,53	7,44	6,07	6,81	6,90	6,10	4,36	2,84	1,65

Neste mandato comportava um único ativo (SPE REALESIS BRASÍLIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A) até o mês de setembro de 2021. O referido ativo não possui informações disponíveis sobre a variação do valor de negociação de suas ações no mercado, ou seja, por carência de informação, assumisse que não houve nenhuma oscilação de preços no valor de suas ações, dessa forma, contribuindo para descasamento em relação ao risco da carteira. A partir do mês outubro de 2021, a Fundiáguá adquiriu cotas em fundos de investimentos de gestão passiva, indexados ao índice Ibovespa. Com a nova participação, o risco de mercado vem se diluindo entre as diferentes ações da carteira, razão pelo enquadramento do risco no último trimestre de 2021.

Conforme destacado no Plano I – BD, os títulos públicos NTN-B e NTN-F alocados no Plano II - Saldado são títulos classificados/precificados na categoria mantidos até o vencimento (marcados na curva), sendo assim, os referidos títulos serão levados até o vencimento, desse modo, não estão sujeitos às premissas de gerenciamento de risco de mercado determinada pela Fundação.

### c) Plano III - Misto

No final do exercício de 2021, registou o montante de R\$ 643.375 mil alocados nos segmentos de aplicações determinados pela Resolução CMN n.º 4.661/2018.

Em relação ao enquadramento legal dos ativos, apresentamos a aderência dos investimentos do plano aos limites de alocação estabelecidas pela Política de Investimentos 2021-2025 e dispositivos legais vigentes:

#### LIMITES DE ALOCAÇÃO

Limites de alocação estabelecidos pela legislação vigente e pela Política de Investimentos do Plano

Segmentos de Aplicações	Posição Atual		Limite Legal	Limite PI Inferior	Limite PI Superior	Status
	R\$	%				
Renda Fixa	470.179	73,08%	100,00%	45,00%	10,00%	Ok!
Renda Variável	73.199	11,38%	70,00%	0,00%	40,00%	Ok!
Estruturado	89.704	13,94%	20,00%	0,00%	20,00%	Ok!
Imobiliário	-	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%	Ok!
Operações com Participantes*	10.293	1,60%	15,00%	0,00%	15,00%	Ok!
Exterior	-	0,00%	10,00%	0,00%	10,00%	Ok!
<b>Total</b>	<b>643.375</b>	<b>100,00%</b>				

\*Os valores informados na rubrica Operações com Participantes são valores brutos, complementando o montante atualizado mais o valor de inadimplentes, não considerando, prestações a receber (CAESB) de R\$ 318 mil e dedução das perdas estimadas no valor de R\$ 1.214 mil. (nota 9.7)

Em relação aos gerenciamentos de riscos, o referido Plano, no exercício de 2021, esteve em consonância com os limites de gerenciamento de Risco de Crédito e Liquidez presentes na Política de Investimentos 2021-2025 da FUNDIÁGUA.

No que se refere ao Risco de Mercado, o Plano possui desenquadramentos dos limites do Mandato de **Renda Variável Passiva**, medido pelo descasamento de até 5,00% (B-VAR) em relação à carteira e *benchmark* (índice de referência Ibovespa), conforme gerenciamento de Risco de Mercado constante na Política de Investimentos 2021-2025 da FUNDIÁGUA, nos meses de janeiro a setembro de 2021:

MANDATO	LIMITE	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
Renda Variável Passiva	B-VAR (5%)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	OBSERVADO	11,76	14,16	10,91	7,53	7,44	6,07	6,81	6,90	6,10	1,13	0,49	0,27

Cabe ressaltar, que no presente exercício, o Mandato de Renda Variável Passiva apresenta descasamento em relação ao risco da carteira *benchmark* (Ibovespa) dos meses de janeiro a setembro de 2021, aplicam-se os mesmos motivos explicitados para o Plano II - Saldado.

Destaca-se que no Mandato de **IRF-M**, no segmento de Renda Fixa, estão incluídos os títulos públicos NTN-F e nesse Plano 100% desses títulos estão classificados/precificados na categoria títulos para negociação (marcados a mercado). Em alguns meses, o mandato extrapolou o descasamento máximo permitido de 5,00% (B-VAR) em relação à carteira *benchmark* (índice IRF-M) devido ao aumento da oscilação das taxas de juros com vencimento até 5 anos devido às incertezas no cenário fiscal doméstico:

MANDATO	LIMITE	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21
IRF - M	B-VAR (5%)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	OBSERVADO	5,37	3,72	4,23	4,09	3,18	2,80	1,81	5,03	2,90	4,38	5,60	7,85

## 10 Permanente

A Fundação mantém controles individuais dos bens pertencentes ao ativo permanente e elabora, anualmente, o inventário físico dos bens patrimoniais, conciliando os saldos dos controles individuais com os registros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2021 o Ativo Permanente possui a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Imobilizado</b>	<b>167</b>	<b>125</b>
Móveis e Utensílios	35	24
Máquinas e Equipamentos	23	18
Computadores e Periféricos	109	83
<b>Intangível</b>	<b>28</b>	<b>2</b>
Software	28	2
<b>Permanente</b>	<b>195</b>	<b>127</b>

## 11 Exigível Operacional

São demonstradas as obrigações a pagar aos participantes, empregados e a terceiros e por aplicações no mercado financeiro.

### 11.1 Gestão Previdencial

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são apresentados consolidados, a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios a Pagar (*)	4.507	4.622
Retenções a Recolher	1.111	551
Outras Exigibilidades	-	-
Contas a Pagar – Gestão Assistencial (**)	7.870	248
<b>Total (***)</b>	<b>13.488</b>	<b>5.421</b>

(\*) No montante de R\$ 4.507 mil está contemplado o valor de R\$ 1.945 mil o qual refere-se, às reservas de poupança dos participantes do Plano I – BD com inscrição cancelada e ainda não efetuaram o resgate.

(\*\*) Em 2021, foi regularizado a forma de registro dos valores a pagar referente a operadora de plano de saúde.

(\*\*\*) Estão registrados os valores das folhas de benefícios de dezembro de 2021 e as retenções a recolher incidentes sobre as aposentadorias, pensões, resgates de contribuições, totalizando R\$ 5.618. mil (R\$ 5.173 mil em 31 de dezembro de 2020) e Contas a Pagar – Gestão Assistencial no montante de R\$ 7.870 mil (R\$ 248 mil em 31 de dezembro de 2020), referente as obrigações com terceiros: Bradesco Saúde, OdontoGroup e Drogaria Shopping – medicamentos.

- **Exercício de 2021**

Descrição	Plano BD	Plano Saldado	Plano Misto	Plano Assistencial	Total
Benefícios a Pagar	2.038	1.991	478	-	4.507
Retenções a Recolher	27	592	492	-	1111
Outras Exigibilidades	-	-	-	-	0
Serviços de Terceiros a pagar	-	-	-	7870	7870
<b>Total</b>	<b>2.065</b>	<b>2.583</b>	<b>970</b>	<b>7.870</b>	<b>13.488</b>

- **Exercício de 2020**

Descrição	Plano BD	Plano Saldado	Plano Misto	Plano Assistencial	Total
Benefícios a Pagar	1.931	2.244	447	-	4.622
Retenções a Recolher	24	352	175	-	551
Outras Exigibilidades	-	-	-	-	-
Serviços de Terceiros a pagar	-	-	-	248	248
<b>Total</b>	<b>1.955</b>	<b>2.596</b>	<b>622</b>	<b>248</b>	<b>5.421</b>

## 11.2 Gestão Administrativa

Registra as despesas a pagar decorrentes da folha de pagamento, das provisões de férias, dos serviços de terceiros, das despesas gerais, das retenções a recolher-IR e dos tributos a recolher (PIS/COFINS), conforme composição a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	1.429	722
Fornecedores de material	17	-
Serviços de terceiros	206	59
Despesas gerais	28	72
Retenções a recolher	177	129
Tributos a recolher	405	343
<b>Total</b>	<b>2.262</b>	<b>1.325</b>

## 12 Exigível contingencial

Conforme requerido pela Resolução nº 1.180/2009 do Conselho Federal de Contabilidade apresenta-se a seguir quadro demonstrativo do quantitativo de todas as ações judiciais passivas em andamento da Fundação:

Quantidade de Processos		
Faixa de Risco	2021	2020
Remota	1	2
Possível	21	31
Provável	13	16
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>49</b>

Os 21 processos classificados com o risco “Possível” podem ser distribuídos:

Gestão	31/12/2021	31/12/2020
	quantidade de processos	quantidade de processos
Previdencial	2	3
Assistencial	1	1
Administrativa	-	5
Investimentos	18	22
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>31</b>

Objeto dos processos:

- Gestão Previdencial – ações judiciais em que os autores requerem a revisão do benefício com base em entendimentos diversos da aplicação das regras regulamentares.
- Gestão Assistencial - uma ação de anulação do processo de escolha da administradora do Programa de Assistência à Saúde da FUNDIÁGUA.
- Investimentos – ações judiciais em que os autores se insurgem contra a capitalização de juros nos contratos de empréstimos.

Os 13 processos classificados com o risco “Provável”, totalizam R\$ 850 mil (R\$ 1.628 mil em 2020), estão distribuídos conforme segue:

Gestão	Valor atualizado	Qtde de processos	
		2021	2020
Previdencial	909	1	1
Assistencial	-	-	2
Administrativo	26.952	2	1
Investimentos	761	10	31
<b>Total</b>	<b>28.622</b>	<b>13</b>	<b>35</b>

Objeto dos processos:

- Gestão Previdencial – ação judicial em que a autora requer o reconhecimento da condição de companheira para o recebimento de pensão por morte.
- Gestão Administrativa –
  - ação fiscal que discute a base de cálculo do PIS e COFINS, demanda teve origem em 2006. Para não criar débito fiscal, inclusive evitando a incidência de multa e encargos, a Entidade solicitou judicialmente o recolhimento dos referidos tributos mediante depósito judicial, sendo autorizada a procedê-los. O montante da referida provisão totaliza em R\$ 26.862 mil e está classificada como possível (Passivo Contingente), seguindo o princípio da prudência foi reconhecido contabilmente.
  - Ação trabalhista requerendo dobra de férias, o autor alega terem sido concedidas fora do prazo legal.
- Investimentos – ações judiciais em que os autores se insurgem contra a capitalização de juros em contratos de empréstimos a participantes.

## 13 Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

### 13.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

#### 13.1.1 Provisões Matemáticas

Em dezembro de 2021 foram realizadas as reavaliações atuariais, conforme Pareceres Atuariais datados de 21 de fevereiro de 2022, atestando que as hipóteses e os métodos utilizados nas avaliações são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018 e a Instrução Previc nº 33/2020.

CNPJ: 73.983.876/0001-79

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

**i) Benefícios concedidos**

Corresponde ao valor presente dos compromissos futuros da Fundação para com os atuais beneficiários aposentados e pensionistas.

**ii) Benefícios a conceder**

Representam o registro dos valores relativos aos compromissos futuros da Fundação em relação aos seus atuais participantes ativos.

**iii) Provisões Matemáticas a Constituir**

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos de déficit dos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019 do Plano II - Saldado, na data da avaliação atuarial.

### Composição das provisões matemáticas consolidada

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>684.020</b>	<b>643.353</b>
Contribuição Definida	28.256	30.715
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	655.764	612.638
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>609.005</b>	<b>591.393</b>
Contribuição Definida	525.431	515.248
BD Estruturado em Regime de Capitalização – Programado	82.343	74.900
BD Estruturado em Regime de Capitalização - Não Programado	1.231	1.245
<b>( - ) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-131.041</b>	<b>-124.875</b>
( - ) Déficit equacionado ( * )	-131.041	-124.875
<b>Total</b>	<b>1.161.984</b>	<b>1.109.871</b>

( \* ) Reclassificação conforme IN Previc nº 31/2020.

### Composição das provisões matemáticas por plano de benefícios

**Plano I - BD**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>22.252</b>	<b>20.534</b>
Benefício Definido Estr. em Reg. de Capitalização	22.252	20.534
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>4.239</b>	<b>3.569</b>
Ben. Def. Estrut. em Reg. de Capitalização – Programado	4.201	3.531
Ben. Def. Estrut. em Reg. de Capitalização - Não Programado	38	38
<b>Total</b>	<b>26.491</b>	<b>24.103</b>

CNPJ: 73.983.876/0001-79

Plano de Custeio com início de vigência em 1º de abril de 2021.

- i) Participantes Ativos - as contribuições correspondem à soma das seguintes parcelas, considerando SRC o Salário Real de Contribuição, limitado ao dobro do maior Salário Base da patrocinadora:
  - a. 2,65% incidente sobre a parte do SRC que exceder a R\$ 715,00;
  - b. 8,01% incidente sobre a parte do SRC situada entre R\$ 715,01 e R\$ 1.430,00;
  - c. 15,39% incidente sobre a parte do SRC que exceder a R\$ 1.430,00.
- ii) Participantes Assistidos – critério semelhante ao dos participantes ativos, incidindo somente sobre o valor da suplementação mensal recebida da FUNDIÁGUA.
- iii) Patrocinadora – mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes ativos.
- iv) Custeio Administrativo
  - Suportado pelo desconto 15% sobre as contribuições dos assistidos e sobre as contribuições normais, de forma paritária, entre participantes e patrocinadora.

**Plano II – Saldado**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>633.511</b>	<b>592.104</b>
Benefício Definido Estr. em Reg. de Capitalização	633.511	592.104
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>79.335</b>	<b>72.576</b>
Ben. Def. Estrut. em Reg. de Capitalização - Programado	78.142	71.370
Ben. Def. Estrut. em Reg. de Capitalização - Não Programado	1.193	1.206
<b>( - ) Provisões matemáticas a constituir (*)</b>	<b>-131.041</b>	<b>-124.875</b>
( - ) Déficit equacionado 2015	-46.618	-45.640
( - ) Déficit equacionado 2017	-19.308	-18.663
( - ) Déficit equacionado 2018	-3.976	-3.841
( - ) Déficit equacionado 2019	-61.139	-56.731
<b>Total</b>	<b>581.805</b>	<b>539.805</b>

(\*) O Déficit Técnico equacionado – Patronal, do exercício de 2020, foram ajustados para fins comparativos com o exercício de 2021, conforme IN Previc 31/2020.

O plano de custeio com início de vigência em 1º de abril de 2021, tem o objetivo de honrar os compromissos assumidos com os planos administrados pela entidade:

- i) Ativos e Assistidos – plano não contributivo.
- ii) Conforme definido nos incisos do Art. 39 do Regulamento, é garantido aos participantes o valor de seu benefício saldado proporcionalmente, e não são exigidas, para manutenção do plano, contribuições normais mensais, tanto por parte da CAESB quanto dos participantes.
- iii) Por se tratar de um Plano Saldado os únicos custos do Plano são os relativos à amortização da Provisão Matemática a Constituir e ao custeio administrativo, cobertos pelo contrato firmado com a Patrocinadora.
- iv) Custeio Administrativo

- A partir de 31/12/2013, foi instituído para cobertura do custeio administrativo do Plano II o percentual de 2%, incidente sobre a parcela destinada à cobertura da Reserva Matemática a Constituir do Plano II (Contrato de Serviço Passado CAESB nº 6937/2006).

### Provisões Matemáticas a Constituir

Representa o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente ao equacionamento de déficit nos exercícios:

- Plano de Equacionamento do déficit de 2015, aplicado desde o mês de fevereiro/2017, cujo percentual de Contribuição Extraordinária praticado é de 10,28%, tendo em 31/12/2021 124 meses remanescente; As Contribuições Extraordinárias Patronal, foram reclassificadas para o Ativo do plano conforme legislação PREVIC vigente.
- Plano de Equacionamento do déficit de 2017, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNDIÁGUA, pelo valor máximo estabelecido pelas normas vigentes, aplicado desde o mês de abril/2019, cujo percentual de Contribuição Extraordinária mensal praticado conforme tabela abaixo, tendo em 31/12/2021 147 meses remanescente. As Contribuições Extraordinárias Patronal, foram reclassificadas para o Ativo do plano conforme legislação PREVIC vigente.

Proporção	Descrição	Taxa Extraordinária
50,00%	Patrocinadora	De forma paritária
11,97%	Participantes Ativos (Atividade)	3,0211%
38,03%	Assistidos	3,8610%

- Plano de Equacionamento do Déficit de 2018, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNDIÁGUA, pelo valor parcial do déficit, aplicado desde o mês de abril/2019, cujo percentual de Contribuição Extraordinária mensal praticado conforme tabela abaixo, pelo prazo remanescente de 147 meses. As Contribuições Extraordinárias Patronal, foram reclassificadas para o Ativo do plano conforme legislação PREVIC vigente.

Proporção	Descrição	Taxa Extraordinária
50,00%	Patrocinadora	De forma paritária
6,15%	Participantes Ativos (Atividade)	0,4959%
43,85%	Assistidos	0,7986%

- Plano de Equacionamento do Déficit de 2019, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNDIÁGUA, pelo valor máximo estabelecido pelas normas vigentes, a ser aplicado no mês de abril/2021, cujo percentual de Contribuição Extraordinária mensal será conforme tabela abaixo, pelo prazo remanescente de 195 meses. As Contribuições Extraordinárias Patronal, foram reclassificadas para o Ativo do plano conforme legislação PREVIC vigente.

Proporção	Descrição	Taxa Extraordinária
50,00%	Patrocinadora	De forma paritária
5,98%	Participantes Ativos (Atividade)	5,2695%
44,02%	Assistidos	10,5447%

CNPJ: 73.983.876/0001-79

**Plano III – Misto**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>28.256</b>	<b>30.715</b>
Contribuição Definida	28.256	30.715
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>525.431</b>	<b>515.248</b>
Contribuição Definida	525.431	515.248
Saldo de Contas Parcela Patrocinador	204.338	200.304
Saldo de Contas Parcela Participantes	320.492	314.377
Saldo de Contas Parc Participantes portada EFPC	532	495
Saldo de Contas Parc Participantes portada EAPC	69	72
<b>Total</b>	<b>553.687</b>	<b>545.963</b>

Estes valores foram obtidos com base no Plano de Custeio com início de vigência em 1º abril de 2021.

As contribuições são definidas da seguinte forma no Regulamento do Plano MISTO:

- i) Participantes ativos** – contribuições mensais normais baseadas em livre escolha de percentual variável de 2% a 25% incidente sobre o SRC. Além da contribuição normal, poderão ser efetuadas contribuições facultativas não inferiores a 15% do SRC, destinadas à sua conta de aposentadoria.
- ii) Patrocinadora** – paritárias às contribuições normais de ativos, limitadas individualmente de acordo com o Salário Real de Contribuição do Participante, ao resultado da soma das parcelas determinadas conforme a seguir:
  - 3% sobre o Salário Real de Contribuição – SRC do Participante Ativo;
  - 4% incidente sobre a parte do SRC compreendida entre 10 URF e 20 URF (Unidade de Referência FUNDIÁGUA); mais
  - 12% incidente sobre a parte do SRC que exceder a 20 URF.
- iii) Custeio Administrativo**
  - **Ativos:** Quanto à cobertura do custeio administrativo do Plano III, foi mantido o percentual de 6,5%, que vem sendo praticado desde 01/01/2017.
  - **Assistidos:** contribuição de assistido para cobertura do custeio administrativo sobre o valor do Benefício Mensal recebido da FUNDIÁGUA, no percentual de 0,99%, que vem sendo praticado desde 01/01/2017.

### 13.1.2 Hipóteses Atuariais

O conjunto de hipóteses adotado nos cálculos atuariais de 2021 é resultado do estudo de aderência realizado no exercício de 2020, por consultoria atuarial contratada, tendo sido atualizados em 2021. O objetivo deste estudo é reconhecer o conjunto de hipóteses adequadas às características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras da massa de participantes dos Planos.

Os estudos técnicos de validação das hipóteses e premissas atuariais utilizados para as demonstrações atuariais de 2020 foram embasados na Resolução CNPC nº 30/2018 e na Instrução Normativa Previc nº 10/2018, todavia essa última foi substituída, em 1º de janeiro de 2021, pela IN Previc nº 33/2020 e pela Portaria Previc nº 835/2020. Essas alterações normativas não impactaram na validade de 3 anos dos estudos de adequação realizados no ano passado, assim como mantiveram a periodicidade de 1 (um) ano para o estudo técnico de adequação da taxa real de juros. As tábuas mínimas trazidas pelas normas vigentes não excluíram as utilizadas para os planos administrados pela fundação, assim os estudos realizados no ano passado permanecem válidos e as hipóteses poderiam ser mantidas para a avaliação atuarial de 2021, sem nenhum prejuízo legal ou técnico, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, que deve ser reavaliada anualmente.

Os estudos da convergência da taxa de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos financeiros foram objeto de estudo técnico específico, assim como foram elaborados Estudos de Atualização e Adequação das Hipóteses Atuariais dos Planos I - BD, II - Saldado e III - Misto no exercício de 2021. Os estudos foram devidamente avaliados e aprovados pela Diretoria Executiva em suas 421ª e 425ª Reuniões Extraordinárias, realizadas em 15/12/2021 e 06/01/2022, respectivamente e pelo Conselho Deliberativo em sua 140ª Reunião Ordinária e 300ª Reunião Extraordinária, realizadas em 17/12/2021 e 01/02/2022, respectivamente.

Segue abaixo o resumo das Hipóteses e Premissas Atuariais conforme Parecer Atuarial de 2021 e 2020, por plano de benefícios:

#### Plano I – BD

Premissas e Hipóteses	2021	2020
Taxa Real Anual de Juros	4,86%	5,00% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Masculina	MI 2006 Masculina
Entrada em Aposentadoria	Não utilizada	Não utilizada
Composição familiar	Família Padrão	Família Padrão
Projeção de Crescimento Salarial	2,98% a.a.	2,98% a.a.
Inflação Anual Projetada	3,36% a.a.	3,36% a.a.
Fator de Determinação dos Benefícios da Entidade	98,39%	98,39%
Regime Financeiro	Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado	

### Plano II – Saldado

Premissas e Hipóteses	2021	2020
Taxa Real Anual de Juros	4,84% a.a.	4,84% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	MI 2006 Masculina	MI 2006 Masculina
Entrada em Aposentadoria	Não utilizada	Não utilizada
Composição familiar	Família Padrão	Família Padrão
Inflação Anual Projetada	3,36% a.a.	3,36% a.a.
Fator de Determinação dos Benefícios da Entidade	98,39%	98,39%
Regime Financeiro	Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado	

### Plano III – Misto

Premissas e Hipóteses	2021	2020
Taxa Real Anual de Juros	3,72% a.a.	3,72% a.a.
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2012 IAM Basic segregada por sexo	AT-83 segregada por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana D30%	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 segregada por sexo	AT-49 segregada por sexo
Regime Financeiro	Regime de Capitalização conjugado com o Método Agregado	

#### 13.1.3 Equilíbrio técnico

Terminologia utilizada para demonstrar a igualdade entre o total dos recursos garantidores de um Plano de Benefícios e o total dos compromissos atuais e futuros deste plano. Quando houver desequilíbrio, registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios.

##### i) Déficit técnico - Conceito

Insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de Benefícios. Mediante estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento até o final do exercício subsequente, para o resultado excedente ao limite calculado pela seguinte fórmula, não podendo ser inferior a 1% das Provisões Matemáticas.

$$\text{Limite do Déficit Técnico Acumulado} = 1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$$

CNPJ: 73.983.876/0001-79

Conforme os pareceres atuariais, a situação financeiro-atuarial consolidada da FUNDIÁGUA, apresenta um déficit técnico acumulado de R\$ 39.147 mil (R\$ 7.350 mil em 31 de dezembro de 2020), conforme o resultado previdencial segregado por plano de benefícios, apresentado abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Plano I – BD</b>	<b>3.603</b>	<b>958</b>
( - ) Déficit técnico acumulado	3.603	958
<b>Plano II – Saldado</b>	<b>35.544</b>	<b>6.392</b>
( - ) Déficit técnico acumulado	35.544	6.392
<b>Total</b>	<b>39.147</b>	<b>7.350</b>

#### Plano I – BD

	2021	2020
a) Resultados realizados	3.603	958
( - ) Déficit técnico acumulado	3.603	958
b) Ajuste de Precificação	240	-
Equilíbrio Técnico Ajustado (a - b)	3.363	958
Provisões Matemáticas	26.491	24.102
Relação % com Provisões Matemáticas	12,69%	3,97%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,9885 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 1.851 mil.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (10,9885 - 4) \times \text{R\$ } 26.491 \text{ mil}] = \text{R\$ } 1.851 \text{ mil}$$

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, plano de equacionamento do déficit técnico.

#### Plano II - Saldado

	2021	2020
a) Resultados realizados	35.544	6.392
( - ) Déficit técnico acumulado	35.544	6.392
b) Ajuste de Precificação	4.732	-
Equilíbrio Técnico Ajustado (a - b)	30.812	6.392
Provisões Matemáticas	581.805	414.930
Relação % com Provisões Matemáticas	5,30%	1,54%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,7656 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 39.363 mil.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (10,7656 - 4) \times 581.805 \text{ mil}] = \text{R\$ } 39.363 \text{ mil}$$

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado, apurado em R\$ (30.812 mil), é inferior ao limite acima estabelecido (R\$ 39.363mil), não há obrigatoriedade de elaboração e aprovação de novo plano de equacionamento do déficit técnico do Plano em 2022.

### Plano III – Misto

Pela modalidade do Plano ser do tipo Contribuição Definida, visto que sua evolução é identificada aos saldos de conta dos participantes, não sendo prevista apuração de superávit ou déficit técnico, os ganhos ou perdas são repassados para os saldos de contas dos participantes, que são atualizados pela variação da cota patrimonial. A rentabilidade expressa pela variação das Cotas é o índice que atualiza monetariamente os compromissos do Plano.

#### 13.1.4 Ajustes de Precificação dos Títulos Públicos Federais

O ajuste de precificação, preconizado na Resolução CNPC 30, de 10 de outubro de 2018, consiste na avaliação de títulos federais de longo prazo, na modalidade NTN-B e NTN-F, de forma a adequá-los à realidade econômica. Significa um ganho efetivo que ocorreria - e ocorrerá - quando o seu vencimento ou quando de sua alienação.

Estes valores são apurados pelo Sistema Ventura, PREVIC ao final do exercício. Na prática, como são títulos já adquiridos e liquidados, compensam eventuais déficits, evitando uma eventual necessidade de equacionamento.

### Plano I – BD

								R\$ mil
Duração do Passivo:	10,9885							
Duração do Ativo:	10,7522							
Descrição	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste	
quantidade	-	-	-	1.025	1.025	1.025	-	
<b>Valor</b>	-	-	-	<b>4.169</b>	<b>4.169</b>	<b>4.409</b>	<b>240</b>	

### Plano II - Saldado

								R\$ mil
Duração do Passivo:	10,7656							
Duração do Ativo:	10,7256							
Descrição	até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste	
quantidade	-	-	5.661	14.907	20.568	20.568	-	
<b>Valor</b>	-	-	<b>22.663</b>	<b>61.196</b>	<b>83.859</b>	<b>88.591</b>	<b>4.732</b>	

## 13.2 Fundos

### 13.2.1 Previdencial

Os Fundos Previdenciais são calculados atuarialmente e sua composição em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo patronal coletivo a apropriar	66.759	64.658
Fundo patronal não comprometido	1.970	1.918
Fundo coletivo de benefício de risco	20.794	21.116
Fundo atuarial para custeio administrativo	3.107	3.045
Fundo assistencial	7.650	16.472
<b>Total</b>	<b>100.280</b>	<b>107.209</b>

- *O Fundo Patronal Coletivo a Apropriar* é constituído pelo saldo, devidamente rentabilizado, das contribuições realizadas pelo Patrocinador deduzido dos valores destinados para formação de futuro resgate, dos benefícios de riscos e do fundo administrativo, conforme estabelece o regulamento do plano.
- *O Fundo Patronal Não Comprometido* é constituído por contribuições patronais de ex-participantes não passíveis de serem resgatadas.
- *O Fundo Coletivo de Benefícios de Risco* é constituído pela aplicação de 2,12%, sobre o valor da contribuição mensal, para cobertura dos benefícios de invalidez e morte com risco é constituído pelo saldo, devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos benefícios de risco, realizadas pelo Patrocinador e Participantes não assistidos, até que completem 55 anos de idade, incluindo as realizadas por Participantes, na condição de autopatrocinado, para o custeio desses benefícios.
- *O Fundo Atuarial para Custeio Administrativo* é constituído pela aplicação de 2% sobre a parcela de 97,29% do saldo devedor do contrato de amortização da Provisão Matemática a Constituir relacionado com o Plano II – Benefício Saldado. Os recursos serão utilizados como fonte de financiamento das despesas administrativas relativas ao Plano Saldado, por meio do PGA.
- *O Fundo Assistencial* é constituído pela acumulação de resultados positivos entre as receitas e as despesas e destina-se à cobertura de eventuais insuficiências de recursos financeiros do Plano de Assistência à Saúde bem como prover sustentação financeira a outros programas assistenciais disciplinados em norma específica. É promovido pela patrocinadora, pelos participantes ativos e assistidos e administrado pela FUNDIÁGUA. Em 2021, foi regularizado a forma de registro dos valores a pagar referente a operadora de plano de saúde.

### 13.2.2 Fundos não previdenciais

Constituídos com destinação específica.

- *O Fundo Administrativo* tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Fundação.

CNPJ: 73.983.876/0001-79

É constituído ou revertido mensalmente e consiste no resultado apurado entre as receitas e despesas administrativas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos realizados no mercado financeiro referente ao Plano de Gestão Administrativa (PGA).

	31/12/2021	31/12/2020
Plano II - BD	319	295
Plano II - Saldado	841	607
Plano III - Misto	11.633	10.259
<b>Total</b>	<b>12.793</b>	<b>11.161</b>

O Fundo no valor de R\$ 12.793 mil (R\$ 11.161 mil em 31 de dezembro de 2020) é constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas, acrescida da remuneração obtida com a rentabilidade dos recursos investidos dos respectivos Planos.

Os critérios de apuração do Fundo Administrativo, por Plano de Benefícios, encontram-se regidos no Regulamento do PGA.

- *O Fundo dos Investimentos* é composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, no valor de R\$ 1.521 mil (R\$ 1.572 mil em 31 de dezembro de 2020), constituído com recursos da Taxa de Quitação por Morte, cobrada a razão de 0,045% ao mês.

O fundo é destinado ao pagamento de prêmio à seguradora contratada Icatu Seguros S/A, para cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte dos mutuários, participantes ou assistidos. Esse fundo é registrado e controlado por plano de benefícios.

#### 14 Resultado da Gestão Administrativa

	31/12/2021	31/12/2020
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>11.161</b>	<b>10.545</b>
1 - Custeio da gestão administrativa	12.293	10.526
2 - Despesas administrativas	-9.947	-9.975
3 - Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-714	65
4 - Sobre / Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	1.632	616
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 4)</b>	<b>12.793</b>	<b>11.161</b>

O resultado da Gestão Administrativa foi de R\$ 1.632 mil (R\$ 616 mil em 31 de dezembro de 2020), destinados à constituição do Fundo Administrativo, já considerado o resultado dos investimentos administrativos de R\$ 392 mil (R\$ 208 mil em 31 de dezembro de 2020).

No exercício 2021, o valor transferido dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa – PGA, a título de custeio administrativo, totalizou R\$ 11.840 mil (R\$ 10.311 mil em 31 de dezembro de 2020), sendo suficiente para custear as despesas administrativas no valor de R\$ 9.947 mil (R\$ 9.975 mil em 31 de dezembro de 2020), considerando que R\$ 2.470 mil, registrados como despesas administrativas do Assistencial, foram reembolsados pela patrocinadora CAESB, conforme demonstrado abaixo:

Custeio administrativo: Previdencial e Investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Benefício definido	183	162
Benefício saldado	2.046	1.867
Contribuição Definida	7.141	6.200
Assistencial (Reembolso)	2.470	2.082
<b>Custeio Administrativo ( 1 )</b>	<b>11.840</b>	<b>10.311</b>
Outras receitas ( 2 )	62	7
Fluxo dos investimentos ( 3 )	391	208
<b>= Receitas (DPGA) ( 1 + 2 + 3 )</b>	<b>12.293</b>	<b>10.526</b>

Despesas administrativas:

	31/12/2021	31/12/2020
Previdencial	2.129	3.221
Investimentos	5.348	4.672
Assistencial	2.470	2.082
<b>= Despesas administrativas (DPGA)</b>	<b>9.947</b>	<b>9.975</b>

As despesas com administração dos investimentos, no valor de R\$ 5.348 mil (R\$ 4.672 mil em 31 de dezembro de 2020), representam 0,56% e 0,50%, respectivamente, para a gestão das carteiras de investimentos, no valor de R\$ 951.225 mil (R\$ 936.920 mil em 31 de dezembro de 2020). Este custeio é totalmente absorvido pelos rendimentos obtidos nos planos de benefícios.

No exercício 2021, o percentual de transferência dos Planos para o PGA foi de 3,84% (3,68% em 31 de dezembro de 2020) estando em conformidade com o limite fixado pelo Conselho Deliberativo. O percentual está dentro do limite de até 9%, estabelecido pela Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

## 15 Resultado do Fluxo dos Investimentos

O Fluxo dos investimentos de cada plano de benefícios representa o resultado alcançado com a aplicação dos seus recursos disponíveis, sendo o valor líquido, apurado ao final de cada mês, integralmente repassado à Gestão Previdencial a título de remuneração.

Tratamento semelhante é dado ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, que neste caso repassa o valor líquido dos rendimentos apurados à Gestão Administrativa, distribuindo o valor de forma proporcional ao saldo anterior do fundo administrativo contabilizado e controlado separadamente, para cada plano de benefícios previdenciais.

Estão registradas as rendas/deduções e as variações positivas/negativas líquidas consolidada, oriundas das aplicações de recursos dos planos, conforme abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos públicos	-17.366	25.228
Ativos financeiros de créditos privados	4.796	19.220
Renda variável	-50	0
Fundos de investimentos	4.245	4.288
Investimentos em imóveis	-681	102
Empréstimos e financiamentos	4.633	6.775
Despesas diretas dos investimentos	-928	-442
<b>Total</b>	<b>-5.351</b>	<b>55.171</b>

Apresenta-se, a seguir, a distribuição do Fluxo dos Investimentos, por gestão:

Exercício 2021	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Total
Resultado líquido dos investimentos (i)	-5.743	392	-5.351
Cobertura desp.adm. dos investimentos e taxa adm. Empréstimos	-5.481	-	-5.481
Remuneração do fundo garantia de empréstimos	51	-	51
Constituições de contingências	-551	-	-551
<b>Total</b>	<b>-11.724</b>	<b>392</b>	<b>-11.332</b>

(i) considerado R\$ 429 mil, referente à Gestão Assistencial.

Exercício 2020	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Total
Resultado líquido dos investimentos (i)	55.054	208	55.262
Cobertura desp.adm. dos investimentos e taxa adm. Empréstimos	-4.781	-	-4.781
Remuneração do fundo garantia de empréstimos	-146	-	-146
Constituições de contingências	-141	-	-141
<b>Total</b>	<b>49.986</b>	<b>208</b>	<b>50.194</b>

(i) considerado R\$ 220 mil, referente à Gestão Assistencial.

## 16 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Em atendimentos ao disposto no parágrafo único, Art. 27 da Instrução PREVIC 31/2020, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidadas. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre planos e participação dos fundos administrativos nos planos previdenciais.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>	<b>15.319</b>	<b>12.808</b>
Realizável	15.319	12.808
Gestão previdencial	1.201	794
Entre planos	1.201	794
Gestão administrativa	14.118	12.014
Contribuições para custeio	554	448
Custeio administrativo dos investimentos	618	359
Participação no plano de gestão administrativa	12.793	11.161
Entre planos	153	46
<b>Passivo</b>	<b>15.319</b>	<b>12.808</b>
Exigível operacional	2.526	1.647
Gestão previdencial	1.879	1.246
Custeio administrativo	340	289
Entre planos	1.539	957
Gestão administrativa	29	42
Entre planos	29	42
Investimentos	618	359
Custeio administrativo	618	359
Patrimônio social	12.793	11.161
Participação no plano de gestão administrativa	12.793	11.161

## 17 Partes relacionadas

Os principais eventos envolvendo a FUNDIÁGUA com partes relacionadas estão a seguir:

### 17.1 Patrocinadora

Em relação à patrocinadora CAESB, a FUNDIÁGUA não mantém outras operações que não seja o recebimento das contribuições para custeio dos planos de benefícios por ela administrados. (Nota 7).

## 17.2 Estado

Relativamente a Parte Relacionada com o Estado, a CAESB é patrocinadora dos seguintes planos de benefícios: Plano I – BD, Plano II – Saldado e Plano III – Misto. Os integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal são empregados ou ex-empregados da patrocinadora CAESB, assim como a maioria da Diretoria Executiva da Entidade.

## 17.3 Remuneração da administração

A seguir, os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal da administração (Diretoria Executiva e órgãos colegiados) em conformidade com o que determina a Resolução CFC nº 1.297/10:

<b>Descrição</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Benefícios de curto prazo	1.378	1.167
<b>Total</b>	<b>1.378</b>	<b>1.167</b>

## 18 Fatos Relevantes

### 18.1 Equacionamento de déficit Plano I - BD

Tendo apurado resultado deficitário, a Fundação deverá observar os procedimentos previstos pela Resolução CNPC nº 30/2018, em especial o especificado no Título VI.

De acordo com o referido normativo, anteriormente a definição sobre a obrigatoriedade de equacionamento de déficit técnico e do dimensionamento do montante mínimo a ser equacionado, deve-se apurar o Equilíbrio Técnico Ajustado, mediante acréscimo ou decréscimo do ajuste da precificação dos títulos públicos classificados na categoria mantidos até o vencimento no valor do Déficit Técnico Acumulado.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
a) Resultados realizados	3.603	958
( - ) Déficit técnico acumulado	3.603	958
b) Ajuste de Precificação	240	-
Equilíbrio Técnico Ajustado (a - b)	3.363	958
Provisões Matemáticas	26.491	24.102
Relação % com Provisões Matemáticas	12,69%	3,97%

Aplicando-se a formulação descrita no Art. 29 da Resolução CNPC nº 30/2018 para a duração do passivo do Plano, apurada em 10,9885 anos nessa avaliação, tem-se como Limite de Déficit Técnico Acumulado em 31.12.2021 o valor de R\$ 1.851 mil.

$$\text{Limite de Déficit Técnico Acumulado} = [1\% \times (10,9885 - 4) \times R\$ 26.491] = R\$ 1.851 \text{ mil}$$

CNPJ: 73.983.876/0001-79

Como o Equilíbrio Técnico Ajustado de 31.12.2021 é superior ao limite acima estabelecido, faz-se necessário elaborar e aprovar, em 2022, plano de equacionamento do déficit técnico.

O referido plano de equacionamento deverá contemplar o maior valor entre a diferença entre o Equilíbrio Técnico Ajustado e o Limite de Déficit Técnico Acumulado, e 1% das provisões matemáticas, apurados para 31.12.2021.

\*\*\*\*\*

MARCELO ANTONIO  
RODRIGUES REIS

Assinado de forma digital por  
MARCELO ANTONIO RODRIGUES  
REIS  
Dados: 2022.03.22 15:35:41 -03'00'

Marcelo Antônio Rodrigues Reis  
Diretor Presidente  
CPF: 578.320.481-15

RODRIGO SOUZA  
ARAUJO:82708835149

Assinado de forma digital por  
RODRIGO SOUZA  
ARAUJO:82708835149  
Dados: 2022.03.22 13:12:30 -03'00'

Rodrigo Souza Araújo  
Diretor Financeiro  
CPF: 827.088.351-49

CARLOS EDUARDO ROMANO  
VILLA VERDE:71407430106

Assinado de forma digital por CARLOS  
EDUARDO ROMANO VILLA  
VERDE:71407430106  
Dados: 2022.03.22 14:52:06 -03'00'

Carlos Eduardo Romano Villa Verde  
Diretor de Seguridade  
CPF: 714.074.301-06

KELLY SANTOS  
SENA:61936456168

Assinado de forma digital por  
KELLY SANTOS SENA:61936456168  
Dados: 2022.03.22 11:11:47 -03'00'

Kelly Santos Sena  
Contadora – CRC/DF nº 13.136/O-5  
CPF: 619.364.561-68

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da  
**FUNDIÁGUA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**  
Brasília - DF

### 1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDIÁGUA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e por planos de benefícios e plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDIÁGUA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR e individual por Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios e de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

### 2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

### 3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Fundação é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

#### **4. Responsabilidades da Administração e da Governança**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **5. Responsabilidades do Auditor**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 22 de março de 2022

**FERNANDO MOTTA AUDITORES**  
CRCMG - 12.557 | CVM - 12.815

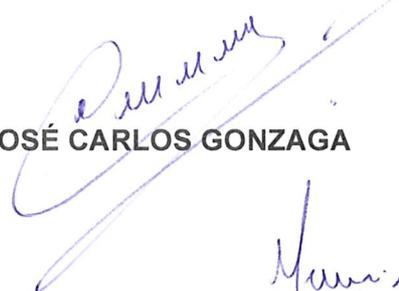
FERNANDO CAMPOS Assinado de forma digital por  
MOTTA:05361897655 FERNANDO CAMPOS  
MOTTA:05361897655  
Dados: 2022.03.22 19:05:35 -03'00'

**Fernando Campos Motta**  
Contador CRCMG – 91.109-S-DF  
CPF 053.618.976-55

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da FUNDIÁGUA – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, nos termos dos itens I a V do Artigo 40 do Estatuto da Fundiágua e, em consonância com a Resolução CNPC nº 29/2018, Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 8/2018, Instrução Normativa SPC nº 34/2009 e alíneas “a” a “f” do item 5.3 do Manual de *Compliance* do Conselho Fiscal da Fundiágua, analisou o Balanço Patrimonial Consolidado da Fundiágua e as respectivas Demonstrações da Mutações do Patrimônio Social Consolidada - DMPS, as Demonstrações do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial), as Demonstrações da Mutações do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), as Demonstrações das Provisões Técnicas do Plano - DPT (por plano de benefício previdencial) e a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA) e as devidas Notas Explicativas, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, comparativo 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Fundiágua. Com base nas análises efetuadas por este colegiado no decorrer do exercício de 2021 e, à vista do relatório dos auditores independentes quanto às demonstrações financeiras, emitido pela empresa Fernando Motta & Associados, datado de 22/03/2022 e, dos pareceres atuariais (por plano de benefício previdencial) emitidos pela empresa Rodarte Nogueira Consultoria em estatística e atuária Ltda, datados de 21/02/2022, o Conselho Fiscal da Fundiágua, resguardado os possíveis impactos que possam advir pelo não atendimento das recomendações e apontamentos que foram demonstrados por este colegiado no decorrer do ano de 2021 é de opinião que as demonstrações contábeis acima referidas estão de acordo com as normas legais e representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Previdência Complementar – Fundiágua, em 31 de dezembro de 2021, razão pela qual recomendamos a sua devida aprovação.

Brasília, 23 de março de 2022.



**JOSÉ CARLOS GONZAGA**



**RODOLFO GONÇALVES SALES**



**MAURÍCIO RAMOS PEREIRA**

Parecer do Conselho Fiscal 2021

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021

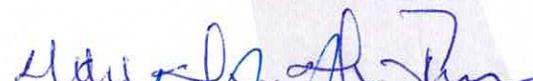
**RESOLUÇÃO Nº 245/2022**

**Brasília, 25 de março de 2022.**

O Conselho Deliberativo da FUNDIÁGUA – Fundação de Previdência Complementar, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do inciso XII, do Artigo 23, do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 emitida dia 22/03/2022, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, emitido pela Fernando Motta Auditores, em 22/03/2022, os Pareceres Atuariais da Avaliação de Encerramento do Exercício de 2021 dos Planos de Benefícios I, II e III, emitidos pela Rodarte Nogueira datado de 21/02/2022, que foram previamente apreciados e aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, conforme consta, respectivamente, da Ata da 437ª Reunião Extraordinária da DIREX, de 22/03/2022, e Ata da 136ª Reunião Extraordinária e Parecer do COFIS, de 23/03/2022, onde restaram consignados ressalvas que acompanhamos.

### RESOLVEU

Aprovar as demonstrações contábeis anuais e as notas explicativas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

  
**MAXWELL SIMES DE SOUZA PAIVA**

  
**ANDRÉ LUIS CIRQUEIRA DE FREITAS**

  
**RAFAEL PROCÓPIO LEMOS LEITE**

  
**JEFERSON RODRIGO JUSTINO PEREIRA LIMA**

  
**ALICE GUIMARAES RAINHO**

  
**ANA CLEIDE ALVES DO NASCIMENTO TEIXEIRA**